



Departamento de Economia Política

A Estratégia de Desenvolvimento Regional de Angola à Luz da
Bibliografia Internacional

Manuel Delfim Caielo Martelo

Trabalho de Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador:

PhD. Raúl Manuel Lopes, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018



Departamento de Economia Política

A Estratégia de Desenvolvimento Regional de Angola à Luz da
Bibliografia Internacional

Manuel Delfim Caielo Martelo

Trabalho de Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador:

PhD. Raúl Manuel Lopes, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente à minha esposa e ao meu filho, pela compreensão demonstrada ao longo do período, apesar das privações motivadas pela minha ausência.

À minha família, pais, irmãos, avó, primos, tios e sobrinhos, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela proteção e o amor revelado, por intermédio dos homens, nos momentos mais duros da minha vida, quando tudo parecia perdido.

Ao meu tutor Professor Doutor Raul Manuel Lopes, que apesar das minhas insuficiências, aceitou trabalhar comigo, a sua orientação e constante motivação foram crucias para o êxito deste trabalho.

Ao corpo docente do mestrado, pelo zelo demonstrado durante o período letivo.

Aos funcionários da Secretária-geral, pela qualidade do trabalho prestado, e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste curso.

RESUMO

O presente trabalho de projeto incide sobre a estratégia de desenvolvimento regional de Angola à luz da bibliografia internacional. A mesma é analisada em duas fases. Na primeira faz-se uma análise baseada nas estratégias de desenvolvimento urbano e rural, de três regiões de sucesso da América latina e da África Subsariana e associa-se a esta análise as correntes dominantes sobre a temática; na segunda fase, a estratégia é analisada com base nos paradigmas da política de desenvolvimento Regional, fazendo uma análise dos instrumentos utilizados em cada um dos paradigmas dessa política, aos da estratégia de desenvolvimento regional de Angola. Concluiu-se que esta é muito centralizada e, a longo prazo pode aumentar os desequilíbrios do território, com o aumento dos efeitos de polarização exercida pelas regiões do litoral no território. Por outro lado, no que concerne aos paradigmas da política regional, existe uma certa heterogeneidade, com maior pendor para o paradigma tradicional da política regional. Finalmente são prestados alguns subsídios a política de desenvolvimento regional de Angola.

Palavras-chave: Política Regional, Economias de Aglomeração, Desequilíbrio do território, Desenvolvimento Urbano, Plano de Desenvolvimento, Política Rural.

JEL, O18, R12

ABSTRACT

This project work focuses on the regional development strategy in Angola in the light of international bibliography. The strategy is analyzed in two phases, the first phase is an analysis, based on the urban and rural development strategies of three Latin American and Sub-Saharan Africa successful regions, and is associated to this analysis the dominant currents on the subject, in the second phase the strategy is analyzed based on regional development policy paradigms, making an analysis of the instruments used in each of the regional policy paradigms, the Angola regional development strategy it was concluded that Angola's regional development strategy is very centralized, in the long term it can increase the imbalances of the territory, with the increase of polarization effects exerted by the coastal regions in the territory, on the other hand with respect to regional policy paradigms , there is a certain heterogeneity, with greater emphasis on the traditional paradigm of regional policy. Based on these conclusions, some subsidies are provided to Angola's regional development policy.

Keywords: Regional Policy, Agglomeration Economies, Territorial Imbalance, Urban Development, Development Plan, Rural Policy.

JEL, O18, O12

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I. A POLÍTICA REGIONAL	3
1. I Geração da PDR – Paradigma Tradicional	4
2. II Geração da PDR- Paradigma Endógeno	5
3. III Geração da PDR – Paradigma Placed-Based	6
4. Sistematização dos Paradigmas da Política Regional	8
II. DESENVOLVIMENTO URBANO	11
1. Problema das Urbanizações	13
2. Características das Cidades Africanas	16
2.1. Mobilidade, Gestão dos Solos	17
2.2. Fornecimento de Energia Elétrica	18
3. América Latina e Caribe	19
3.1. Mobilidade, Gestão dos Solos	20
3.2. Fornecimento de Energia Elétrica	21
4. Boas Práticas de Políticas Urbanas	23
4.1. Transformação da Cidade de Kigali	23
4.2. Transformação da Cidade de Bogotá	27
4.3. Lições Aprendidas	28
III. A POLÍTICA RURAL	31
1. Novas Abordagens da Definição do Espaço Rural	31
2. A política de Desenvolvimento Rural	32
3. Transformação da Zona Rural de Bogotá	38
3.1. Lições Aprendidas	41
IV. O CASO DE ANGOLA	43
1. Caracterização	43
1.1. Período Colonial 1575-1975	43
1.2. Período Pós Colónia	47
2. A Estratégia de Desenvolvimento Regional em Angola	49
3. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017	54
4. Análise do PND 2013-2017	61
5. Análise do PND com Base aos Paradigmas da Política Regional	64

CONCLUSÕES	67
Contributo para a Estratégia de Desenvolvimento Territorial de Angola	68
BIBLIOGRAFIA	71

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura I.1.	Síntese dos Paradigmas da Política Regional	9
Figura II.1.	Relação entre as Taxas de Urbanização e a Redução da Pobreza	11
Figura II.2.	Comparativo de Rendimentos por Taxas de Urbanização	16
Figura II.3.	Kigali City Master Plan 2013-2014	26
Figura II.4.	Plano de Desenvolvimento de Bogotá	27
Figura III.1.	Evolução da Política Rural	34
Figura III.2.	Plano de desenvolvimento rural	40
Figura IV.1.	Comparação entre a Produção Europeia vs Camponeses	46
Figura IV.2.	Distribuição das Empresas pelas Províncias	48
Figura IV.3.	Perispetiva do Território no Longo Prazo	52
Figura IV.4.	Quadro síntese dos Instrumentos	54
Figura IV.5.	Articulação dos objetivos ELP2025/PND2013-2017	55
Figura IV.6.	Metas e Objetivos	55
Figura IV.7.	Articulação dos Programas e Instrumentos	56
Figura IV.8.	Distribuição dos PE pelas Províncias	59
Figura IV.9.	Investimento nos PE Prioritários	60
Figura IV.10.	Análise PESTAL	61

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ALC	América Latina e Caribe
BDAL	Banco de Desenvolvimento da América Latina
BM	Banco Mundial
BRT	Bus Rapid Transit
CEIC	Centro de Estudos e Investigação da Universidade Católica de Angola
ELP	Estratégia de Longo Prazo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFAD	International Fund for Agricultural Development
INE	Instituto Nacional de Estatística de Angola
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
Oxfam	Oxford Committee for Famine Relief
PDR	Política de Desenvolvimento Regional
PE	Projetos Estruturantes
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UN-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de projeto incide sobre a estratégia de desenvolvimento regional de Angola à luz da bibliografia internacional, depois de um período prolongado de guerra que resultou numa completa destruição do tecido produtivo e criou profundas assimetrias do desenvolvimento económico no território, com subutilização de grande parte dos seus recursos.

A estratégia assume grandes responsabilidades, no processo de reestruturação e diversificação da economia, que permita reduzir a dependência da economia à exportação petrolífera, e incluir todas as regiões no processo produtivo.

Desta feita, a estratégia foi analisada em duas fases: na primeira, foi analisada com base as estratégias de desenvolvimento urbano e rural de países da América latina e da África Subsariana e nas abordagens dominantes sobre o desenvolvimento urbano e rural; O segundo pilar analisou a estratégia com base nos paradigmas da política de desenvolvimento regional. Procurou situar a estratégia no âmbito de um destes paradigmas, comparando os instrumentos e o modo de operacionalização da mesma.

No primeiro capítulo faz-se uma abordagem da evolução dos paradigmas da política regional e, conclui-se com uma análise comparativa das suas características.

No segundo capítulo faz-se uma abordagem sobre o desenvolvimento urbano, procurando entender o seu funcionamento e mecanismos das economias de aglomeração, que as torna zonas mais produtivas dos territórios e conclui-se capítulo o com dois planos de desenvolvimento, referentes às cidades de Bogotá e Kigali.

No terceiro capítulo sobre o desenvolvimento rural, procurou-se entender as abordagens mais recentes sobre a temática. No fim apresentou o plano de transformação rural de Bogotá. Importa salientar que a apresentação do plano é feita de maneira pormenorizada, para procurar entender as suas opções.

No quarto capítulo foi analisada estratégia de desenvolvimento regional de Angola. Começou por fazer uma exposição sintética sobre a evolução da economia angolana. Em seguida, expõe a visão para o desenvolvimento do território angolano no horizonte 2025, em seguida foram analisadas as opções do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

No quinto capítulo concluiu-se e com base ao aprendizado obtido ao longo da elaboração do trabalho, humildemente foram feitas algumas recomendações à estratégia de desenvolvimento regional em Angola.

I. A POLÍTICA REGIONAL

A necessidade de políticas regionais decorre da desigual distribuição da riqueza pelo território, o que resulta num crescimento económico desequilibrado, com um acesso desigual às infraestruturas básicas e serviços, que no longo prazo perigam a coesão social e a unidade territorial, o que a sociedade não pode estar indiferente.

Estas preocupações emergiram no período que sucedeu a segunda guerra mundial, quando as assimetrias regionais ficaram mais acentuadas, com o crescimento vigoroso de umas regiões em detrimento de outras, apesar do processo de revitalização económica, o que levou alguns países europeus implementar medidas de combate às assimetrias. (Lopes 1995:7)

As políticas de desenvolvimento regional influenciadas pela evolução socioeconómica, e pelo pensamento económico dominante foram oscilando ao longo do tempo entre uma maior intervenção na economia e uma intervenção mínima caracterizada pelo livre mercado.

Na abordagem intervencionista, o papel da política é garantir uma redistribuição equitativa da riqueza pelo território, com o investimento em infraestruturas, incentivos fiscais e parafiscais que permitam atrair as empresas para as regiões mais desfavorecidas do território. A política é guiada por princípios de equidade, igualdade social no acesso aos recursos.

Por outra, na abordagem de livre mercado, a política apenas intervém em situações em que haja falhas de mercado. Se restringi a criar condições que garantam um perfeito funcionamento do mercado, e por esta via, o equilíbrio no crescimento económico é garantido a prazo.

Estas abordagens marcam três fases distintas de vigência da política regional, historicamente delimitadas correspondendo a três paradigmas da política regional, seguindo de perto (Lopes 2016)

- D) O paradigma tradicional 1950-70, de cariz marcadamente redistributivo, centrado na correção das assimetrias regionais do crescimento económico, por meio de investimentos em infraestruturas e incentivos a fixação de empresas em regiões menos desenvolvidas, o desenvolvimento é visto como dependente de fatores externos;

II) O Paradigma endógeno 1980-90, centrado na mobilização do potencial endógeno de desenvolvimento, através do incentivo à capacidade empreendedora da região, o desenvolvimento depende das potencialidades intrínsecas;

III) O paradigma Placed-based, séc. XXI, centrado no aumento da competitividade de todas as regiões do território, independentemente de serem ricas ou pobres, como meio de aumentar a competitividade do território na economia global, sem descuidar as questões de coesão social e do desenvolvimento sustentável.

1. I Geração da PDR – Paradigma Tradicional

As primeiras gerações da política regional foram impulsionadas, por uma realidade socioeconómica adversa vivenciada nos pós II guerra mundial, caracterizada pela existência de enormes assimetrias regionais, que ameaçavam a coesão social e territorial.

De acordo com Armstrong e Taylor (1993:193), Esta situação levou à consciencialização dos decisores políticos, da necessidade de implementação de medidas de política, que pudessem corrigir as assimetrias regionais do crescimento económico, porque a existência de fortes disparidades na qualidade de vida, tinha efeitos perniciosos na preservação da paz social.

Desta feita, a política regional se concentra na redistribuição do capital para regiões mais desfavorecidas, através do investimento em infraestruturas e incentivos que possam atrair e fixar empresas com capacidade de alavancar o crescimento económico da região. O desenvolvimento dependia de fatores externos à região.

Na opinião de Cabugueira (1995:116-117), a primeira geração da política regional apresenta as seguintes características:

- I. Dirigida a assistir regiões deprimidas, com vista ao aumento da produtividade e criação de emprego, de forma a convergir o crescimento económico;
- II. Grandes investimentos em infraestruturas básicas e serviços, para aumentar o nível de vida das populações a viver em regiões mais desfavorecidas, para o aumento da coesão social e territorial;
- III. Subsídios diretos a empresas e sectores com maior capacidade produtiva.
- IV. A política era de âmbito central, concebida e executada por estruturas centrais.

A falência deste paradigma foi ocasionada pela crise do petróleo, quando as regiões mais ricas deixaram de ter recursos para transferir para as regiões mais desfavorecidas, o que obrigou a novas formas de abordar o desenvolvimento regional.

Segundo Piore e Sabel¹ citado por (Barqueiro 1993:32), “o paradigma se rompeu em princípio dos anos setenta quando entrou em crise o modelo “fordista” e surgiram os modelos de acumulação flexível como formas mais desejáveis de acumulação”.

2. II Geração da PDR- Paradigma Endógeno

Novas formas de produção flexível haviam emergido em algumas regiões, que apesar da crise dos choques petrolíferos mostraram-se resilientes e continuaram a crescer, com base a uma indústria fortemente enraizada nas novas tecnologias.

Estas formas de produção flexível colocam em evidência o papel do território no processo de desenvolvimento, oferecendo variados recursos materiais e imateriais, que estas regiões haviam conseguido mobilizar, o que as tornou resilientes à crise.

Desta feita, destaca-se a Teoria do Meio Inovador, que realça o papel crucial do território no processo de inovação, enquanto possuidor de um saber acumulado ao longo do tempo, que é constantemente irrigado pela troca de informação entre os diversos atores, facilitado pela proximidade. (Aydalot 1986:25)

Nesta fase, ressurgem as ideias da livre concorrência do mercado e descentralização, traduzida numa desregulamentação do mercado e do trabalho, recuo do governo, fazendo emergir novos atores locais que reclamam a participação no processo de desenvolvimento, partindo do pressuposto de melhor conhecerem a região, e estarem em melhores condições de determinar os problemas e avançar soluções.

Neste caso, a proximidade entre os diversos atores da região, empresas, universidades, governos locais, proporciona uma interação, com trocas de informações e tecnologias, que permite uma reestruturação produtiva da região, que gera um aumento da competitividade.

Segundo Batista² citado por (Santos 2002:220), a preocupação da política regional deixou de ser a capacidade de atrair projetos, para se fixar na promoção das

¹ Piore, M. J y Sabel, C. F. (1984): The second industrial divide, Basic Books, Nueva York

² BAPTISTA, A. J. Mendes (1985), “Mobilização do potencial endógeno do desenvolvimento”, Revista de Investigação Urbana e Regional, 2 (4).

capacidades endógenas, para gerar internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas.

Os poucos recursos são concentrados, no aproveitamento das capacidades locais únicas, acumuladas ao longo do tempo por pequenos produtores, como fator de diferenciação numa economia global, porque esta fase é caracterizada por uma economia fortemente influenciada pela globalização, em que regiões distanciadas competem num mercado comum.

Segundo Barqueiro (1993:32), “a capacidade empresarial e organizativa destas regiões se desenvolveu através de pequenas empresas, que adaptam tecnologias externas e ajustam a sua produção à procura de mercados locais e externos. Estas empresas estabelecem relações intensas, que criam economias externas, com repercussões positivas sobre os custos de produção”.

Por conseguinte, seguindo de perto Barqueiro (1993:28-29), uma PDR de base territorial, esta voltada na promoção do desenvolvimento da região, com base a afetação dos recursos disponíveis na mesma e os que resultam da interação com outras regiões:

- I. Participação de atores públicos, privados e singulares (empresas, instituições de ensino e de fomento, cidadãos), na formulação e execução das medidas da política. É estreitamente ligada à inovação social, tendente à criação de redes formais e informais na região;
- II. Fomento da capacidade empreendedora, organizacional da região, e eventualmente a importação de Know-How. Tem em vista a mudança de mentalidade dos cidadãos, com vista a estimular um empreendedorismo encaminhado à resolução de problemas locais;
- III. Investimento em infraestruturas, com vista à melhoria das já existentes e a construção de outras para aumentar a acessibilidade e a comunicação.

3. III Geração da PDR – Paradigma Placed-Based

A OCDE desde a década de 2000 tem vindo a estimular uma nova geração da política regional, baseada nos princípios de competitividade regional, como meio de valorização das capacidades de todas as regiões de um território.

Segundo a OCDE (2011:34), “a nova proposta de política regional baseia-se no princípio de que as oportunidades de crescimento existem em todo o tipo de regiões. Vai além do problema de como abordar as regiões mais acanhadas. O objetivo é

maximizar a produção nacional auxiliando e encorajando estas regiões a alcançar o seu potencial endógeno”.

As ideias sobre a nova política de desenvolvimento regional da OCDE foram condensadas no relatório de Fabrício Barca: Uma agenda de reforma da política de coesão europeia, como proposta de princípios para uma nova abordagem da política de coesão da EU, para o período de programação 2014-2020. O relatório define de forma clara o conceito da nova política.

Segundo Barca, citado por (Barca 2009:VII), “uma política Placed-Based é uma estratégia de longo prazo dirigida a enfrentar a subutilização persistente do potencial das regiões e a reduzir a persistente exclusão social através de intervenções multiníveis. Ela promove o suprimento de bens integrados e serviços apropriados aos contextos e desencadeia mudanças institucionais”.

A par desta visão, o Banco Mundial baseado numa nova abordagem sobre a geografia económica, traça uma visão diferente sobre a política regional. Reconhece que o desenvolvimento é um fenómeno desequilibrado, mas pode ser fomentado mediante uso bem combinado de instituições e infraestruturas. (Banco Mundial 2009:6).

O princípio é fazer convergir, o desenvolvimento económico das regiões desfavorecidas, ao das regiões mais desenvolvidas, através de políticas espacialmente neutras do ponto de vista espacial na sua conceção e universais na sua abrangência e o investimento em transportes e telecomunicações. (Banco Mundial 2009:24-23).

Assemelha-se às primeiras gerações da política regional, muito centralizadas, que não conseguiam capturar as especificidades económicas e espaciais, e nem conseguiam mobilizar os atores; elementos fundamentais para o sucesso de qualquer política.

A OCDE tende para as placed-based como sendo as mais ajustadas por ter uma abordagem coletiva / negocial da governança envolvendo o governo nacional, regional, local e outras partes interessadas, por um período longo de tempo, com o governo central assumindo um papel menos dominante. (OCDE 2011:211),

Neste paradigma a visão sobre o território é sistémica; o que a diferencia da anterior centrada nas potencialidades endógena. A nova política abarca todas as regiões de um determinado país, independentemente das disparidades nos níveis de crescimento económico, reconhece que cada uma delas tem um potencial intrínseco que pode ser estimulado para o crescimento da economia nacional.

Os anteriores paradigmas da política regional concebiam a sua intervenção apenas para as regiões mais desfavorecidas na sua maioria rurais, as cidades por serem caracterizadas por um crescimento económico vigoroso não faziam parte do âmbito da política.

O novo paradigma atribui relevância às zonas urbanas pelo fato de serem as regiões mais dinâmicas do território e produzem um efeito de alavancagem transversal no mesmo. Se tiverem um fraco desempenho se repercute para o resto da economia. OCDE (2011:39)

Baleiras (2014:16) resume as características do novo paradigma da política regional: “I) O aproveitamento das capacidades de todas as regiões, independentemente do seu nível de desenvolvimento, para o crescimento económico nacional; II) A aposta na diferenciação geográfica, através de instrumentos de política territorialmente personalizados e baseados nos lugares; III) Pacotes de políticas em vez de medidas avulsas; Abertura à participação dos parceiros do desenvolvimento nas regiões, desde a fase de planeamento estratégico e de identificação de prioridades; VI) Centrada nas causas que, em cada região, se revelarem mais promissoras para promover o crescimento a par da indispensável coesão territorial e social.”

4. Sistematização dos Paradigmas da Política Regional

A sistematização das diferentes características da PDR permite comparar os aspetos essenciais que as diferenciam, sendo que continuaram a coabitar em muitos países.

O quadro abaixo espelha as principais diferenças entre os paradigmas, nos objetivos, que são completamente diferentes entre os três; os alvos dos dois primeiros são as regiões desfavorecidas, enquanto o paradigma placed-based contempla todas as regiões; Os instrumentos do primeiro paradigma são matérias, do segundo são imateriais, e do terceiro combina instrumentos matérias e imateriais; A governança do primeiro paradigma é feita por estruturas centrais. A segunda por estruturas com legitimidade territorial e a terceira combina as duas: estruturas centrais e locais que cooperam para o êxito da política.

Figura I.1. Síntese dos Paradigmas da Política Regional

Paradigmas	Tradicional	Endógeno	Placed-based
Objetivos	Correção das assimetrias regionais do crescimento económico	Mobilização do potencial endógeno.	Aumento da competitividade, coesão Territorial
Alvo	Regiões desfavorecidas	Regiões desfavorecidas	Todas as regiões
Instrumentos	Incentivos a fixação de empresas, Investimento em infraestruturas, subsídios.	Fatores imateriais: capacitação RH e organizacional; Mobilização da capacidade empreendedora	Dinamização do networking dos atores; Coordenação Territorial das intervenções; Valorização da articulação, Local-Global
Governance	Governo Central	Estruturas com legitimidade territorial	Multinível baseada na parceria entre atores.

Fonte: Adaptado de Lopes (2016).

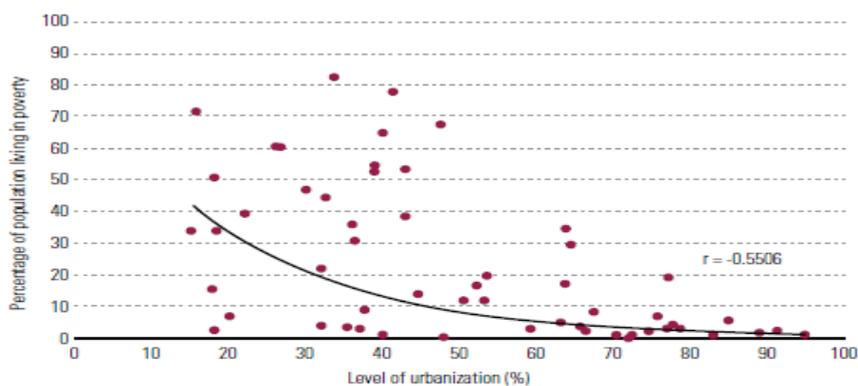
II. DESENVOLVIMENTO URBANO

Os centros urbanos jogam um papel fundamental no crescimento económico dos territórios, quer pela sua concentração populacional quer pela sua capacidade de produção de riqueza, pelo que, o seu desempenho tem reflexos no resto da economia dos países, o que pressupõe a necessidade de uma política urbana eficiente, capaz de maximizar os ganhos decorrentes das economias aglomeração.

A população urbana tem crescido a um de ritmo acelerado, sendo que, em 1950 representava apenas cerca 30% da população mundial, em menos de um século a sua proporção quase duplicou, atingindo cerca de 54% da população mundial em 2015, com perspectiva que atinja os 60% em 1950. (UN-HABITAT 2016:7).

Decorrentes das economias de aglomeração, as urbanizações são ligadas a ganhos de produtividade que se consolidaram ao longo do tempo e pela redução da pobreza, os dados da UN-HABITAT 2016, mostra que as cidades foram responsáveis pela formação de 80% do PIB mundial, e que existe uma relação inversa entre o aumento das taxas de urbanização e a redução da pobreza, representada no gráfico abaixo.

Figura II.1. Relação entre as Taxas de urbanização e a redução da pobreza



Fonte: UN Habitat 2016.

A redução da pobreza com o aumento das urbanizações é o resultado do aumento da oferta de trabalho em zonas urbanas, com o aumento da produção, por exemplo, as zonas urbanas são responsáveis por 80% dos empregos criados a nível mundial, e estes empregos foram preenchidos na sua maioria por trabalhadores provenientes das regiões mais desfavorecidas, principalmente das zonas rurais.

As migrações têm sido vistas como uma forma de escapar a pobreza. A UN Habitat no relatório 2016, incentiva os governos a adotarem políticas que estimulem a migração para os grandes centros urbanos, como uma forma rápida de reduzir a pobreza.

Entretanto, o processo de migração para as grandes cidades é natural, porque o capital e as pessoas tendem a mudar-se para as grandes cidades, onde a remuneração do capital é maior, e há uma maior oferta de emprego, o que acentua os desequilíbrios no território (Banco Mundial 2009:16).

As zonas urbanas produzem efeitos de polarização muito grande, que tendem a aumentar os desequilíbrios do território, prejudicando a coesão territorial. A União Europeia tem estado a estimular o desenvolvimento territorial policêntrico, como uma forma de desenvolvimento territorial, que favorece um desenvolvimento sustentável, compatível com a redução dos desequilíbrios no território. O policentrismo deve conduzir a um sistema equilibrado de aglomerados, que garanta que o crescimento e o desenvolvimento económico, beneficie todas as cidades, independentemente da sua dimensão (Fórum das Cidades 2016).

Na geografia económica atual, as cidades jogam um papel determinante, no desenvolvimento económico dos países, sendo que os mais desenvolvidos têm grandes cidades, que são os verdadeiros aceleradores do crescimento económico.

Importa referir, que os ganhos das aglomerações urbanas decorrem da diminuição da distância entre diversos agentes económicos, produtores, fornecedores, mão-de-obra qualificada, instituições públicas, famílias, que decorrentes desta situação intensificam as suas relações, permitindo a redução dos custos de produção, que resultam numa oferta de produtos baratos e diversificados.

Para Duraton e Puga³ (2004, citados pelo BDAL 2017a:28), o mecanismo das economias de aglomeração basicamente processam-se de 3 formas:

- ✓ A aglomeração urbana permite a provisão de serviços e equipamentos coletivos, dispendiosos que de outro modo, seriam inviáveis, tal como os grandes estádios de futebol, universidades, aeroportos, hospitais, etc. Que são partilhados de forma indivisa pelos diversos agentes;

³ Duraton, G. y Puga, D (2004), Micro-foundations of Urban Agglomeration Economies. Handbook of Regional na Urban Economics, 4, 2063-17.

- ✓ A aglomeração diminui as distâncias, relacionando com menores custos, produtores, fornecedores, mão-de-obra qualificada, o que permite redução de custos e uma oferta diversificada e barata de produtos e serviços;
- ✓ A aglomeração facilita a difusão do conhecimento, troca de ideias entre diversos agentes económicos, empresas, instituições de ensino, instituições públicas e a acumulação de capital humano, resultando num processo de inovação constante.

Ao contrário das economias de aglomeração urbana, as cidades podem gerar em um determinado momento deseconomias, quando o número dos seus habitantes ultrapassa a capacidade das infraestruturas existentes, gerando problemas de mobilidade, poluição atmosférica, exclusão social, incapacidade de provisão de serviços, tornando a cidade congestionada e improdutiva.

Desta feita, manter um funcionamento equilibrado que permita obter ganhos da aglomeração é um desafio. As cidades são os maiores poluidores do ambiente e o centro da desigualdade social, com parte da população privada de infraestruturas básicas e serviços (eletricidade, transporte, habitação condigna, saneamento) com maior tendência para os países em desenvolvimento.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável lançados pela UN em 2015 reserva o objetivo 11 exclusivo para as cidades, “ Cidades e Comunidades Sustentáveis”, que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. (UN 2015).

As cidades sustentáveis e inteligentes pressupõem um aumento da produtividade compatível com a preservação do ambiente, com um sistema de transporte público eficiente, espaços públicos inclusivos com zonas verdes, habitações condignas, saneamento básico, água, eletricidade, suportada pelo uso das TICs, que garante maior eficiência, resultando numa diminuição dos preços.

1. Problema das Urbanizações.

Para atingir os desafios do desenvolvimento Urbano sustentável, é preciso resolver os problemas que criam deseconomias nas cidades, como a mobilidade, exclusão social, poluição atmosférica, Gestão dos solos e a Governance da cidade.

Os transportes têm um efeito transversal sobre todo o funcionamento da cidade, podem gerar problemas sociais, económicos e ambientais, que tornam a cidade improdutiva:

1. Problemas sociais: A ineficiência no sistema de mobilidade limitam o usufruto das oportunidades decorrentes das aglomerações urbanas, dificulta o acesso aos equipamentos sociais, aos serviços, as oportunidades de emprego, os contactos entre as pessoas e aumenta o confronto entre automóveis e pessoas, aumentando as taxas de sinistralidade;
2. Problemas económicos: As economias de aglomeração decorrem da proximidade entre os diversos agentes económicos, fornecedores e produtores, empresas e trabalhadores. Os problemas da mobilidade põem em causa esta proximidade, aumentando os custos de produção, o que torna a cidade menos produtiva;
3. Problemas de Poluição: A ineficiência do sistema de mobilidade aumenta a opção por transportes particulares, que tem como consequência o aumento das taxas de motorização, estas são responsáveis por uma grande parte das emissões de gases poluentes, produzindo alterações climáticas e impacto negativo sobre a qualidade de vida dos habitantes, além da produção de uma enorme poluição sonora.

Um sistema de transporte público eficaz e medidas que estimulem o uso de bicicletas e a prática de caminhada, podem reduzir os problemas, seguindo de perto BDAL (2016:45) um sistema de mobilidade eficiente deve atingir três objetivos:

- a) Reduzir o número de viagens realizadas em transportes motorizados;
- b) Limitar o uso e a posse de modos de transportes motorizados pessoais, ao mesmo tempo que se promove o uso de transportes públicos e se promova a marcha e bicicleta;
- c) Reduzir as emissões promovendo tecnologias de baixo carbono para os combustíveis.

Problema da Exclusão Social: As cidades também são associadas a elevadas taxas de desigualdades, no acesso à saúde, à educação, à tecnologia, ao saneamento básico, à eletricidade, ao emprego e ao transporte, que dificultam o combate à pobreza e o crescimento económico, na medida em que aumenta a proporção da população sem competências para o mercado de trabalho, aumenta a insegurança e as taxas de

criminalidade. Segundo o FMI⁴, citado por BDAL (2014:27), a desigualdade reduz o crescimento económico, debilita a procura e contribui para as crises económicas.

As desigualdades têm origens profundas na distribuição desigual da riqueza produzida na cidade durante um longo período de tempo. As políticas de combate a este fenómeno devem atender a critérios de equidade e redistributivos, que promovam o acesso dos extratos mais desfavorecidos às oportunidades decorrentes das aglomerações urbanas;

Problema da Gestão dos solos: Um bom planeamento urbano, com políticas transparentes na gestão dos solos, facilita a aquisição e alienação dos solos, aumenta a confiança dos investidores no setor imobiliário o que contribui para resolução do problema do défice de habitações, e a consequente redução das habitações precárias, permite o aumento de espaços verdes;

A Governance – Os desafios da cidade são bastante complexos. A resolução dos grandes problemas que afetam as cidades encontram dificuldades de ser resolvidas pelos governos locais, ao que uma descentralização sem um financiamento de estruturas centrais, torna difícil a sua resolução, é preciso uma devolução efetiva do poder, em que os governos locais tenham o poder político e instrumentos de financiamento. (UN-HABITAT 2016:26).

Por outra, os desafios urbanos são muito complexos. A transferência do poder (político e financeiro) para o governo local é necessária, mas não resolveria o problema. É preciso uma governance multinível, que permita a colaboração entre o governo central e local, para uma solução mais eficiente dos problemas urbanos. (OCDE 2011:209).

A visão da UN-HABITAT, deixa a cidade isolada e os desafios são muito grande e complexos e tem um efeito transversal no resto da economia. Portanto, a visão da OCDE parece ser a mais ajustada, porque permite aos governos locais captar os verdadeiros problemas por estarem mais próximo da comunidade, sem descurar da visão estratégica do governo central, o que torna as políticas mais eficientes.

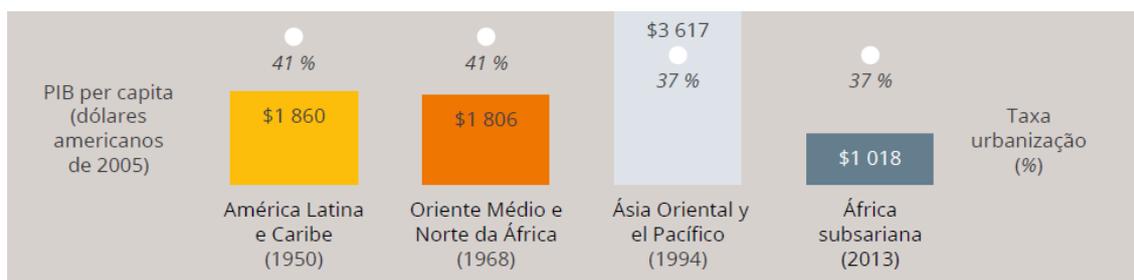
⁴ IMF (2012) Rise of inequality at center of Global Economic Crisis, IMF Survey Online, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/Survey>.

2. Características das Cidades Africanas.

A África Subsariana desde a década de 90, a população urbana tem crescido a um ritmo vigoroso, tendo atingido em 2015 os 40% de população urbana, tendo como consequência imediata o aumento do número da população em situação de pobreza extrema. Os motivos que tiveram na base deste rápido crescimento da população urbana, relacionam-se com eventos negativos tal como, guerras, secas, conjugado a elevadas taxas no crescimento natural. (UN-HABITAT2016:7)

Quando se compara a região da África subsariana a outras regiões, reportado ao momento em que elas atingem os 40% nas taxas de urbanização, nota-se uma diferença na produção de riquezas. Esta atinge um PIB per capita de 1000 USD, enquanto a América Latina havia atingido um PIB Per capita de cerca de 1800 USD, muito embora se encontre abaixo das regiões mais desenvolvidas.

Figura II.2. Comparativo de Rendimentos por Taxas de Urbanização



Fonte: Banco Mundial16

As urbanizações africanas são pouco produtivas, porque o processo de urbanização não foi acompanhado por um investimento em infraestruturas, o que limita os mecanismos das economias das aglomerações. Existe um défice acentuado na oferta de serviços básicos à população, que derivam da insuficiência de infraestruturas de transportes, rede elétrica, comunicação, sanitária, hospitalar e de habitação.

Esta situação é agravada pela falta de uma política adequada de uso dos solos, e pela falta de investimento em habitações económicas. As cidades apresentam-se desarticuladas, com grande parte da população a viver em bairros precários, sem as condições básicas de habitabilidade. Com efeito, estima-se que cerca de 54% da população vive nestas condições: Sem acesso a água potável, energia elétrica, saneamento, saúde e educação (UN-Habitat 2016:56).

O crescimento exponencial da população urbana não foi acompanhada por um investimento em infraestruturas. Os investimentos de capital desde 1960 nunca ultrapassaram o 22% do PIB total da região, sendo que nas economias em desenvolvimento o investimento ronda na cifra de 42% do PIB, o que justifica o défice em infraestruturas. (OCDE, 2016a:19)

Estas limitações em infraestruturas aumentam os custos dos transportes, custo da energia, custos da mão-de-obra, o que faz das cidades africanas menos atrativas ao investimento externo, e com altas taxas de desemprego. A economia vive da produção de serviços não comercializáveis internacionalmente, sustentada por uma procura interna alimentada pela exportação de produtos primários.

A alternativa improdutividade cidades principais seriam as cidades secundárias e terciárias, mas tal não se verifica, por estas, apesar de albergarem uma população mais pequena, apresentam-se desequilibradas, com uma provisão de infraestruturas que não consegue responder a procura, o que as torna também congestionada.

2.1. Mobilidade, Gestão dos Solos.

Os problemas da mobilidade nas cidades africanas têm uma estreita ligação com a estrutura das cidades herdadas da época colonial. Foram construídas para uma população muito menor, entretanto, a população urbana cresceu rapidamente, sem um incremento nas infraestruturas básicas, aliada à falta de um sistema de transporte público eficaz às cidades encontram-se congestionadas.

A isto, se acresce uma política de gestão não muito clara e questões consuetudinárias, dificultam a concessão de títulos de propriedade. Esta situação cria uma pressão sobre o mercado imobiliário, levando ao aumento do preço das habitações e a uma procura que o mercado formal não consegue satisfazer. A título de exemplo, na África Oriental, menos de 10% da população consegue pagar uma habitação no mercado formal. O mercado imobiliário é caríssimo e não tem o poder de compra do cidadão. (CAHF 2015, citado por OCDE, 2016a: 193)

Esta situação fomenta o crescimento de urbanizações em expansão, com enormes bairros de latas periféricas. Cerca de 54% da população urbana vive nestes bairros de latas; sem provisão de infraestruturas básicas (transportes, saneamento básico, eletricidade, hospitais) e, se encontram desconectados dos centros urbanos. (UN-HABITAT 2016:56).

O sistema de transportes coletivo é ineficaz e muito caro, segundo a OCDE 2016, um trabalhador em média gasta de 30-50% do seu salário em transporte, e levam em média quase uma hora de tempo a deslocar-se para o trabalho. Isto contribui para a fraca produtividade e para o aumento da pobreza. (OCDE 2016:197)

2.2. Fornecimento de Energia Elétrica

A eletricidade é um dos fatores que mais inibe as economias de aglomeração urbana em África. Há um défice muito grande entre a capacidade instalada e a procura. A taxa da população com acesso à energia elétrica é de 20%, representando um número muito reduzido.

A capacidade instalada é de cerca de 90GW, com cerca de 0,1 KW per capita. Nos países desenvolvidos a capacidade é de 1 e 3 KW per capita (AIE2014), sendo que metade da capacidade instalada é produzida na África do Sul; 13GW é produzida na Nigéria, dos quais apenas 6 Gw funcionam. (Oxfam2017:20).

A rede elétrica instalada enfrenta dois problemas: Primeiro, a qualidade da energia elétrica oferecida é baixa, com cortes frequentes no fornecimento. A título de exemplo, a Nigéria é um dos países mais eletrificados da região com uma taxa de 96%, mas fornece energia ininterrupta a apenas 18% dos clientes da rede;

Segundo, atendendo aos níveis de pobreza urbana, e as tarifas não terem em conta a capacidade de pagamento do meio, os cortes são frequentes, fazendo com que muitas famílias estejam longos períodos sem o fornecimento da energia elétrica.

O continente tem um enorme potencial para a produção de energias limpas, mas em contrapartida, a escassez do investimento afetado ao setor limita esta capacidade. São investidos apenas 0,5% do PIB em sistemas de produção de energia, o que não lhe permite melhorar.

O setor das energias era monopolizado por empresas estatais, que controlavam toda a cadeia de produção. Face à incapacidade destas fornecerem um serviço capaz de suprir a procura, muitos liberaram o sector a participação de atores privados, o que pode significar uma oportunidade do aumento do investimento no setor.

Estas empresas produzem e vendem energia às empresas de distribuição e, em alguns casos, aos consumidores finais. Atualmente, 18 países da região têm produtores independentes, representam uma capacidade de produção de cerca de 6,8 GW, sendo

que 82% da sua capacidade corresponde a energia térmica e 18% a energia renováveis. (Oxfam 2017:32)

Face ao elevado défice no fornecimento da energia elétrica, aliado ao fornecimento irregular aos clientes da rede, a alternativa tem sido a produção independente, esta é feita a base de geradores, que funcionam com combustíveis fósseis.

Os geradores representam 10% da produção da energia na região, e tem custos económicos, sociais e ambientais bastantes elevados, produzem um barulho excessivo, são responsáveis por inúmeras mortes por doenças respiratórias e por incêndios, o que prejudica a qualidade de vida nas cidades da região, além disto, tem um custo 300% superior ao custo da energia da rede. (Foster e Stiulbacks, citados por Oxfam 2017)

A ineficiência dos sistemas de energia na região aumenta os custos de produção e fazem com que as cidades sejam menos atrativas ao investimento. Por outra, esta situação produz perdas económicas de 2% do PIB da região e cerca de 5% das vendas anuais das empresas. (Castellano et al 2015, citados por Oxfam 2017:3)

3. América Latina e Caribe

A ALC teve um processo de urbanização muito rápido, a julgar que em 1950 a taxa de urbanização da região era apenas de 40% e, em cerca de 60 anos a sua população duplicou, sendo atualmente a zona mais urbanizada do globo com uma taxa de urbanização 80%, ao que pode afirmar-se ter sido mais equilibrado em relação a África, por ter sido acompanhado de um investimento relativo em infraestruturas e serviços, que permitiu à 80% da população urbana, ter acesso à habitações mais ou menos condignas, com acesso à energia, água canalizada e uma rede de esgotos.

O maior problema das cidades da ALC são as desigualdades económicas e sociais, que são as maiores do globo. Estima-se que 20% da população mais rica tem um rendimento 20 vezes superior a 20% da população mais pobre. Estes altos índices de desigualdades refletem-se no acesso à educação e, conseqüentemente aos empregos de qualidade gerados nas cidades, o que torna as desigualdades um processo enraizado e uma pequena parte da população possa controlar os rendimentos gerados.

Apesar destes problemas constituírem entraves às economias de aglomeração urbana, por aumentarem a insegurança e o desemprego, as cidades da ALC são mais produtivas que as cidades Africanas. As cidades principais começam a gerar deseconomias, resultante da enorme concentração populacional, o que afeta a qualidade

dos serviços prestados, tornando muitas destas poluídas devido a elevadas taxas de motorização e congestionadas, aumentando os custos de produção nas mesmas.

Esta situação tem como consequência um processo de deslocalização das empresas das cidades principais, para se fixarem em cidades secundárias, gerando um aumento da produtividade nestas cidades e fazendo um contrapeso a polarização das cidades principais, o que não acontece na África Subsariana, em que as cidades secundárias não têm condições de servir de alternativa às deseconomias das cidades principais. Na ALC, as cidades secundárias representam um terço do PIB. (Mcckinsey Global Institute⁵ 2011, citado por (BADAL 2016: 28)

Por conseguinte, as cidades secundárias beneficiam de investimento em infraestruturas, tornando os seus mecanismos de produção mais especializados, o que as capacita a responder a nova geografia produtiva, caracterizada pela dispersão industrial. Encontram-se inseridas em redes de produção global e exportam para diversas regiões do globo, tornando-as bastante produtiva.

3.1. Mobilidade, Gestão dos Solos

A ALC tem feito grandes avanços na redução de habitações precárias, e tem um peso enorme na redução nos níveis de desigualdades sociais e económicas, segundo o BDAL (2017:193), em 1990 representavam 34%, em 2000 reduziu-se para 29% sendo que em 2015 a parcela da população a viver em habitações precárias representa 21%.

Estes avanços na redução das habitações precária resultaram da implementação de políticas sociais redistributivas pelos governos, cujas principais medidas foram: Programa de realojamento das famílias a viver em zonas de risco, com a construção de habitações sociais para o reassentamento; Programa de regularização das habitações informais e massificação de infraestruturas básicas para o melhoramento da qualidade de vida; Atribuição de subsídios as famílias mais carenciadas para a construção de habitações, em zonas infraestruturadas. BDAL (2017:2005-2008)

Importa frisar, o fato de os preços das habitações no mercado formal serem elevados isto é, não são acessíveis à maior parte da população que é de baixa renda e,

⁵ Mckinsey Global Institute (2011). Building Competitive Cities: The keyto Latin AmericanGrowth.Disponibileen:<http://wwwmckinsey.com/global-themes/Urbanization/BuildingCompetitivecities>.

assim fomenta na ALC um mercado imobiliário informal de habitações precárias em zonas de risco, sem provisão de infraestruturas básicas.

A persistência de bairros precários com pouca acessibilidade na ALC fomenta o aparecimento de transportes públicos informais, de baixa qualidade, que oferecem pouca segurança, contribuindo deste modo, para os altos índices de sinistralidade. (BADAL 2017:72).

O sistema de transportes públicos oficial é diversificado, composto por sistemas de metro sobre carris, sistemas de metro sobre rodas (BRT), e ao que acresce os autocarros e táxis. Esta rede de transportes públicos tem maior incidência sobre o centro da cidade e, a medida que se vai distanciando da cidade, vão se tornando mais escassas, devido, em parte, a configuração monocêntrica das cidades.

Cerca de 39% da população, utiliza a rede de transporte pública, e 26% desloca-se a pé, e o transporte privado representa cerca de 22%, a rede de transporte público em média absorve 6%-19% do rendimento dos trabalhadores, o que é duas vezes menor aos gastos dos trabalhadores das cidades da Africa Subsariana. (BDAL 2017:126).

Importa referir que as cidades da ALC fizeram um enorme avanço na provisão de transporte público, o que melhorou muito a mobilidade, com a introdução do BRT, que é um sistema de metro sobre roda, que utiliza estradas privilegiadas, o que torna a mobilidade mais rápida e segura, a que aliaram medidas de incentivo ao uso da bicicleta e das caminhadas.

Paradoxalmente, o melhoramento das condições de mobilidade nestas cidades coincidiu com um período de aumento das taxas de motorização, o parque automóvel sofreu um enorme incremento de 25 milhões de viaturas em 2007 para 35 milhões em 2014, e o número de motorizadas aumentou de 2,8 para 7,8 milhões, o que decorreu do aumento no rendimento das famílias durante este período. Esta situação aumentou a poluição atmosférica das cidades, tornando-as mais poluídas. (BDAL 2017: 122)

3.2. Fornecimento de Energia Elétrica

Um fornecimento eficiente de energia elétrica influencia a capacidade das regiões, na medida em que esta constitui um elemento principal na produção industrial, e também tem efeitos diretos na qualidade de vida das populações, com influência sobre a saúde e educação, sendo que um menor acesso a formas de energia eficientes são reportados em regiões com um menor Índice Desenvolvimento Humano.

As cidades da América Latina e Caribe apresentam as maiores taxas de eletrificação das regiões em desenvolvimento excetuando a China, cerca de 98,8%, portanto as questões que se colocam não se prendem com a produção e distribuição, mais sim com a equidade no acesso a energia pelas distintas classes sociais.

O crescimento das cidades da América Latina foi acompanhado por um relativo investimento em infraestruturas de produção, distribuição e por medidas políticas que permitiram massificar o acesso a rede elétrica.

Nos meados do século XX, a produção e distribuição da energia elétrica estava a cargo de empresas privadas, com uma visão meramente comercial. Portanto, aquelas zonas mais pobres com menor rentabilidade não eram beneficiadas. Esta assimetria na distribuição da energia elétrica levou a que os estados da região nacionalizassem as empresas do setor.

Os estados fizeram planos ambiciosos de expansão da rede elétrica, financiados por Bancos, que proporcionaram uma evolução favorável no acesso a energia elétrica, sendo que em 1971, 42%, da população total tinha acesso a energia elétrica, 1990, 80% e 2010, 94% (BADAL 2013:32)

Embora haja países com uma média muito abaixo ao da região, como são os casos do Haiti 34% e Nicarágua 70% da população com acesso, noutro extremo, há países com uma cobertura de 100%, como é o caso da Venezuela, Costa Rica e Chile. (BADAL 2013:34.)

Numa região extremamente desigual, o problema reside na incapacidade das classes mais pobres em pagar o consumo da eletricidade. Isto origina um excesso de ligações clandestinas, mortes por electrocução e, em muitos casos, famílias privadas por vários dias por impossibilidade de pagamentos.

Com vista a solucionar o problema, os governos, a partir da década de 90, foram introduzindo tarifas mais equitativas, atendendo a critérios de solidariedade social, que têm permitido as famílias mais pobres ter um fornecimento regular.

A título de exemplo, o Brasil alcançou uma taxa de fornecimento de energia elétrica de 98% da população urbana, graças à introdução da Tarifa Social de Energia Elétrica na década de 90, com descontos escalonados de acordo a capacidade de consumo. Estes descontos diminuíam a medida que a capacidade de consumo aumentava. Os descontos foram alvo de uma revisão em 2010 passando a ser os seguintes: 0-30Kwh=65%; 31-100Kwh=40%; 101-220=10%; >220=0%; as famílias

indígenas beneficiavam um desconto de 100% até a um limite de consumo de 50 KWH/mês. (BADL 2013:60.)

As políticas da maior parte dos países foram concretizadas com base num compromisso dos governos em reduzir o acesso desigual ao uso da energia elétrica, através de medidas redistributivas, consistindo numa redução dos custos de consumo das famílias de menor renda, suportada pelas famílias que auferem uma renda maior e pelas empresas.

4. Boas Práticas de Políticas Urbanas

Nesta secção trouxemos dois exemplos de transformação urbana das cidades de Kigali em África e de Bogotá na América do Sul, ambas viverem períodos de profundo caos urbanos, que as tornava menos competitivas. Ambas cidades empreenderam reformas profundas, que lhes permitiu melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e torná-las mais atrativas ao investimento.

Atendendo as similitudes em relação às cidades angolanas, podem servir de referencial as mudanças que estas precisam empreender, para se tornarem mais competitivas.

4.1. Transformação da Cidade de Kigali⁶

Kigali é a capital da República do Rwanda, com uma população de aproximadamente 1,2 milhões; com uma extensão territorial de 730 km². Em 1961, altura da independência, a cidade tinha apenas 6000 habitantes. Como resultado dos movimentos migratórios, e das altas taxas de natalidade, a população cresceu até atingir aproximadamente 9 milhões em 2012. A cidade continua a registar um crescimento muito vigoroso fruto da sua estrutura etária. Os jovens representam aproximadamente 60% da população total.

Esta dinâmica de crescimento não foi acompanhada por investimento em infraestruturas. Deste modo, problemas de degaste das poucas infraestruturas existentes e o crescimento desordenado da cidade, resultou na incapacidade do governo em prover serviços básicos à população, e em uma economia menos competitiva.

⁶ O exposto nesta secção foi retirado no Master Plan Kigali 2013-2017, disponível em <http://www.masterplan2013.kigalicity.gov.rw/>

O governo fez aprovar um plano de desenvolvimento: o Master Plan 2013 pretendeu transformar Kigali em uma cidade moderna, com grande capacidade de crescimento económico que sirva de alavanca para o desenvolvimento do país.

O plano alicerçou-se em três eixos: desenvolvimento económico, desenvolvimento social, boa governação e justiça. Tendo como fator chave as tecnologias de informação e internet em todas as suas fases, transformando Kigali numa das poucas cidades inteligentes do continente:

Desenvolvimento económico sustentável, Kigali fez reformas que melhoraram o ambiente de negócio:

- Reduziu para 30 dias o tempo máximo para a conceção de títulos de propriedade, e licenças de construção em 20 dias, o que permitiu grandes investimentos em infraestruturas comerciais; parceria público-privada para a construção de habitações económicas, aumentando a oferta de moradias;
- A cidade não tinha endereços, todas as residências do casco urbano foram cadastradas e receberam o código postal, e foram inseridas no sistema do Google Maps, tornando a cidade mais conectada;
- Construção e melhoramento de infraestruturas viárias; os sistemas de transportes foram modernizados com introdução de novos autocarros, munidos de internet; A reorganização e lançamento de novas rotas que conferiu eficácia e confiança ao sistema, resultando no descongestionamento da cidade;
- Organizou a atividade dos vendedores ambulantes, com a construção de mercados fixos e proibição do desenvolvimento desta atividade nas artérias da cidade, o que contribui para o melhoramento do tráfego e redução da sinistralidade rodoviária;
- No que concerne a gestão do ambiente urbano, foram plantadas mais de 1 milhão de árvores com ajuda de parceiros internacionais; 250 Km de calçadas foram construídas e iluminadas por lâmpadas LED de baixo consumo; o problema da erosão dos solos urbanos, motivados pela falta de escoamento, foi resolvido com base a uma atuação conjunta entre moradores e o governo local, construindo valas de drenagem nos bairros suburbanos.

No âmbito do desenvolvimento social, o sistema de sanitário, e pelo sistema de educação foram os visados pelo plano:

- Para resolver os problemas de saúde, foram estabelecidas parcerias público-privadas, que resultaram na construção de 5 hospitais de grande porte e

vários centros de pequena dimensão; foram criadas equipas de vigilância epidemiológica, que inspecionam periodicamente, a higiene nos serviços públicos e privados;

➤ Para combater o problema do desemprego; foram realizados programas de capacitação profissional para mulheres e jovens, com a possibilidade de obtenção de crédito em condições bonificadas, para o fomento do autoemprego e criaram-se parcerias com empresas para o recrutamento de parte dos formados;

A Boa governação e Justiça jogaram um papel fundamental no sucesso do plano, uma governação transparente, participativa e com mecanismos de controlo eficazes:

➤ Foram realizadas ações de capacitação em matéria de gestão, para os funcionários da administração e os líderes da sociedade civil, desenvolvidas pela agência nacional vocacionada e pela universidade estatal. Estas medidas tornaram mais eficaz gestão dos recursos públicos;

➤ Além dos tradicionais mecanismos de controlo de gestão, com o contributo dos diferentes atores da sociedade, foram criados novos mecanismos de controlo de gestão e de combate a corrupção, tais como, auditorias externas anuais, relatórios periódicos, programas televisivos de combate à corrupção, distribuição de cartilhas ao público com informação detalhada sobre a execução dos projetos;

➤ Também foram tomadas medidas de segurança, que tornaram a cidade mais segura e amena: instalação de câmaras de videovigilância nas ruas, inibição das atividades noturnas que produziam poluição sonora.

Figura II.3. Kigali City Master Plan 2013-2014

Problemas	Objetivos	Instrumentos	Soluções	Resultados
Défice de competitividade de, atratividade. Desgaste e insuficiência de infraestruturas básicas. Exclusão social, Desorganização das atividades económicas Déficit de competências dos R.H Fraco uso do TIC. Gestão centralizada	Desenvolvimento sustentável, e inteligente. Maior coesão social. Tornar a cidade inteligente e competitiva e atrativa. Maior crescimento económico. Criação de um sector privado mais interventivo.	Networking entre atores: parcerias público-privadas, universidades, cidadãos e níveis de governo. Investimento em infraestruturas: de transporte, habitação, saneamento; Promoção do uso das TICs, no processo produtivo e aumento do conhecimento; Requalificação urbana; Modernização da estrutura de gestão pública	Programas de capacitação: empresários, líderes locais, mulheres e jovens; Instalação de fibra ótica e pontos de acesso a internet gratuitos Construção de equipamentos sociais, casas, calçadas, vias de drenagem, plantio de árvores Aprovar leis que diminuam o tempo da concessão, de títulos, licenças; Prestar maior informação, sites sobre os serviços, cartilhas. Codificação postal da cidade e mapeamento Google Maps Formação de motoristas, aumento das rotas, frota nova com wifi, novas rotas Descentralização administrativa,	Aumento do nível de vida: cidade mais verde e limpa, mais jardins, árvores e calçadas Aumento do investimento no setor imobiliário; Transportes públicos mais eficazes, trânsito descongestionado Governança participativa; População mais saudável; Aumento de infraestruturas e oferta de serviços

4.2. Transformação da Cidade de Bogotá⁷

Bogotá é a capital da Colômbia com uma população por volta 7,2 milhões habitante numa área 1 776km. Fruto desta concentração urbana, vivia-se um caos urbano, com uma poluição excessiva e construções desordenadas.

Na década de 90, a cidade começou a implementar uma série de reformas, cujo foco principal era melhoria da mobilidade urbana.

Figura II.4. Plano de Desenvolvimento de Bogotá

Problemas	Objetivos	Instrumentos	Solução	Resultado
Espaços Poluição atmosférica, Sistema de transporte caótico, Crescimento desordenado da cidade. Administração ineficiente	Melhorar a mobilidade urbana, Melhorar a gestão dos solos urbanos. Maior coesão social. Requalificação dos espaços públicos. Diminuir os índices de criminalidade	Networking entre atores: parcerias público-privada, universidades, sociedade civil Investimento em infraestruturas. Subsídios a aquisição de habitação. Estratégias de mobilização e comunicação	Construção de um novo sistema de transportes, com vias prioritárias (BRT, autocarros), Construção de ciclovias e estimular a caminhada, Criação de um Banco de terras, Construção de equipamentos em zonas precárias, Gestão mais participativa e eficiente	Redução do nº de viaturas privadas; Aumento das viagens em TP, redução do tempo das viagens, Decisões partilhadas, Aumento da oferta de habitação, Redução dos índices de criminalidade

⁷ O exposto nesta secção foi retirado do Plano de desenvolvimento de Bogotá 1998-2001: Por la Bogotá queremos, disponível em : http://www.shd.gov.co/shd/sites/default/files/documentos/Plan%20de%20Desarrollo%20-%201998_2001%20Por%20la%20Bogota%20que%20Queremos.pdf

O programa resolveu o problema de mobilidade com as seguintes medidas:

Introduziu o Transmilénio (Bus Rapid Transit) que é uma espécie de metro sobre rodas, aliado aos autocarros convencionais formam o sistema de transporte público responsável por 72% das viagens; (Observatório 2018).

Foram construídas cerca de 330Km de ciclovias, com pontos de acesso a bicicletas públicas, conjugada às marchas representam 12,8% das viagens. (Observatório 2018.)

Como resultado da implementação destas medidas estima-se que 7 mil veículos deixaram de circular por dia, no período de 2001-2009 as emissões de CO2 reduziram em cerca de 1 671 milhões de toneladas. (Instituto Goiana 2018). Por outra, 300h/anuais foram poupadas por passageiros, que eram gastas no trânsito, que poderão ser gastas no trabalho ou em casa com a família. (GEHL 2010:223)

Para gestão dos solos urbanos, foram implementadas medidas que controlaram o crescimento desordenado da cidade e permitiram aumentar a oferta de habitações de baixa renda, tais como: implementação de um Banco de Terra, que conteve o aumento do preço das terras e, permitiu aumentar a oferta de casas sociais e de média renda;

Foram construídos cerca de 900 novos parques, com o melhoramento das calçadas e a instalação de equipamentos sociais que permitiram aumentar a oferta de serviços. (GEHL 2010:223)

Todo o processo foi conduzido de forma descentralizada, com a atribuição de responsabilidades específicas aos organismos, permitindo uma maior especialização na resolução dos problemas.

4.3. Lições Aprendidas

Os fatores de sucesso das transformações das cidades acima referidas podem ser resumidos no seguinte:

Uma governação descentralizada e transparente, que permitiu desenvolver mecanismos de participação dos diversos atores. Por outra, os desafios das cidades são muito complexos, o que demanda uma participação das estruturas do governo central no nível estratégico, para um alinhamento da política local à política Nacional;

O investimento na mobilidade e conectividade teve um efeito transversal sobre as cidades, na medida em que, reduziu as distâncias, melhorou o ambiente, e reduziu a exclusão social, tornando a cidade mais produtiva.

A implementação de uma política de gestão dos solos urbanos, transparente e social, aumentou a confiança dos investidores; permitiu uma intervenção mais eficaz do governo na resolução dos problemas ligados a habitação, espaços verdes, infraestruturas rodoviárias, o que tornou a cidade mais amena;

Os recursos financeiros são escassos, o concurso de vários parceiros, locais e externos, através de parcerias público-privada, são fundamentais para obtenção de recursos para a realização de projetos, que de outra forma seriam difíceis de se materializar;

Todos os programas que constavam dos planos foram concebidos, e implementados numa lógica de complementaridade, assim, aumentou a eficácia do plano.

III. A POLÍTICA RURAL

Desde o surgimento da revolução industrial no séc. XVII as zonas rurais vêm perdendo protagonismo face as cidades, tornando-se principais fornecedoras de mão-de-obra para a indústria, originando uma vaga migratória do campo para a cidade que se prolonga até aos nossos dias.

Por outra, o desenvolvimento de novas técnicas aplicadas a agricultura, tiveram como efeitos imediatos a redução da mão-de-obra na agricultura, já que o trabalho antes desempenhado por vários homens podia ser desempenhado por uma máquina, com maior rapidez e perfeição, originando altas taxas de desemprego e aumento das migrações.

Desta feita, as zonas rurais são caracterizadas por uma fraca densidade demográfica, uma população envelhecida, o que se traduz numa fraca capacidade dos seus recursos humanos, com efeitos negativo na criação de um tecido empresarial forte capaz de estimular o seu desenvolvimento económico.

As zonas rurais apresentam as taxas mais elevadas de pobreza, com uma fraca provisão de infraestruturas e serviços básicos. Quando são comparadas as zonas urbanas existe uma assimetria bastante visível, sendo que, estas diferenças tornam-se mais evidentes nos países pobres, em que a medida que nos afastamos dos centros urbanos os serviços e as infraestruturas vão se escasseando.

As migrações das populações mais jovens das zonas rurais para as cidades constituem uma porta de escape a pobreza, o que dificulta a contenção destas vagas migratórias, eles terão acesso a melhores infraestruturas e serviços que não são disponibilizados nestas zonas, em grande parte por serem inviáveis a sua provisão atendendo a dispersão da sua população.

1. Novas Abordagens da Definição do Espaço Rural

Os critérios para classificar uma zona como rural são diversos. Desde as simples definições que têm em conta os limites geográficos e administrativos, a definição quantitativa que tem em conta a densidade populacional, e as que definem em função da prevalência de atividades primárias.

As zonas rurais apresentam características diferentes, de modo que torna difícil obter uma definição unificadora, capaz de abarcar toda esta diversidade. As definições

mais recentes reconhecem a existência desta diversidade. Com efeito, conseguem agrupá-las de acordo com as relações que estabelecem com as cidades.

Seguindo de perto a OCDE (2016b: 146), atendendo as múltiplas relações urbanas/rurais e vice-versa, uma definição funcional, estaria em condições de capturar as diversas ligações económicas e sociais que se estabelecem entre elas. A partir deste enquadramento, a OCDE tem vindo a propor uma definição, que abarca 3 tipos de zonas rurais:

Zona Rural Próxima da Cidade - é parte da zona funcional da cidade cujo desenvolvimento depende diretamente desta. Quase todos os serviços são providos por esta, obrigando os moradores a se deslocar constantemente. Os maiores desafios prendem-se ao desenvolvimento das capacidades humanas, uma vez que competem pelos mesmos empregos e a gestão dos solos, face à tendência da cidade em expandir-se para estas zonas;

Zona Rural Intermédia - atendendo a distância em que se localizam, estabelecem fortes ligações com a cidade próxima. As indústrias têm tendência em se fixar nestas zonas, o que as torna forte economicamente, e com tendência de crescimento populacional. Os principais fluxos prendem-se aos serviços ambientais e económicos, mas a economia rural e urbana, não se encontram fundidas, importa referir que esta zona corresponde a zona mais representativa das regiões da OCDE.

Zona Rural Remota – encontram-se distantes de um centro urbano. As suas relações limitam-se a exportação de matérias-primas e a compra de alguns serviços especializados que não se encontram disponíveis no mercado local. O seu crescimento depende da construção de vantagens comparadas e na melhoria das suas infraestruturas e na provisão de serviços essenciais.

A classificação das zonas rurais de acordo ao elenco acima obriga a uma nova abordagem da política rural, no seu planeamento e intervenções, porque características diferentes, suscitam uma abordagem localizada dos problemas.

2. A política de Desenvolvimento Rural

As zonas rurais sofrem um processo de desertificação contínuo, com a população jovem a migrar para cidade em busca de melhores condições, tem como consequência, um envelhecimento acentuado da sua força de trabalho e a falta de mão-de-obra qualificada, que dificulta o desenvolvimento económico destas zonas.

Tradicionalmente as atividades primárias foram durante muito tempo e continuam a ser em muitas regiões as principais atividades económicas em meio rural, a maior parte da força de trabalho era empregue nesta atividade, portanto, a política de desenvolvimento rural restringia-se a promoção destas atividades.

Seguindo de perto OCDE (2016b:186-187), a política de desenvolvimento rural tinha como objetivo principal, reduzir as assimetrias do desenvolvimento em relação as cidades, com base a exploração intensa dos recursos naturais, da agricultura, pesca pecuária e floresta.

A política era concebida pelo governo central, com a colaboração de algumas cooperativas, sem ter em conta as especificidades locais, o que em muitos casos acabavam por se mostrar ineficazes no seu objetivo, por incompatibilidade com a realidade local ou por favorecerem apenas um segmento da população rural.

Seguindo de perto O IFAD (2016:23), com a crise energética da década 70, os recursos tornam-se escassos, começam a surgir novas atividades em meio rural, que antes tinham uma conotação apenas urbana, tais como, o turismo, o comércio, que não são captadas pela política de desenvolvimento rural tradicional.

Encontra-se em marcha um processo de transformação social e económica das zonas rurais, que não deve ser negligenciado pela política, o que implica apoios estatais ao desenvolvimento de novas atividades e serviços, com o investimento em infraestruturas que as viabilizem.

A OCDE vem propagando uma mudança de paradigma da política rural, nos seus relatório de 2006 (Novo Paradigma) e 2015 (Paradigma Rural 3.0), pretendendo que esta seja uma ferramenta que ajude os governos a gerir a nova realidade que o desenvolvimento rural reclama. De acordo a OCDE (2016b:147) as principais mudanças na política de desenvolvimento rural podem ser resumidas no seguinte.

Objetivos – valorização das oportunidades negociáveis de cada meio rural, promovendo um aumento da competitividade e da produtividade das suas empresas e famílias, conjugado a objetivos de melhorar o bem-estar dos seus habitantes, na dimensão social, ambiental e económica;

Foco da política – a política esta focada na promoção de vários sectores de atividade, de acordo as especificidades das regiões, o que inclui alem das atividades do sector primário que são tradicionais em zonas rurais, atividades dos sectores de transformação e de serviços, tais como, turismo, comércio e outras que antes apenas tinham relevância em meio urbanos;

Instrumento da Política - Ao invés de subsídios a atividades primárias específicas, a política passou a privilegiar o investimento em atividades com maior retorno social, e uma visão integrada do desenvolvimento rural, com apoios de instituições públicas privadas e do setor solidário;

Governance - multinível com o envolvimento de vários atores da sociedade, instituições públicas, privadas e do terceiro setor, ao nível central, as agências do desenvolvimento e os ministérios, que atuam no território de forma a obter uma intervenção coordenada e complementar.

Formulações da política – tendo em atenção as especificidades de cada território, os atores locais estarão em melhores condições de proporem estratégias mais eficazes. Ao governo central cabe alinhar as prioridades locais a estratégia nacional, portanto será uma estratégia multinível, com a participação de diversos atores, tendo uma participação horizontal e vertical.

Figura III.1. Evolução da Política Rural

	Old Paradigm	New Rural Paradigm (2006)	Rural Policy 3.0 –Implementing the New Rural Paradigm
Objectives	Equalisation	Competitiveness	Well-being considering multiple dimensions of: i) the economy, ii) society and iii) the environment
Policy focus	Support for a single dominant resource sector	Support for multiple sectors based on their competitiveness	Low-density economies differentiated by type of rural area
Tools	Subsidies for firms	Investments in qualified firms and communities	Integrated rural development approach – spectrum of support to public sector, firms and third sector
Key actors & stakeholders	Farm organisations and national governments	All levels of government and all relevant departments plus local stakeholders	Involvement of: i) public sector – multi-level governance, ii) private sector – for-profit firms and social enterprise, and iii) third sector – non-governmental organisations and civil society
Policy approach	Uniformly applied top down policy	Bottom-up policy, local strategies	Integrated approach with multiple policy domains
Rural definition	Not urban	Rural as a variety of distinct types of place	Three types of rural: i) within a functional urban area, ii) close to a functional urban area, and iii) far from a functional urban area

Fonte: OCDE 2016

As zonas rurais concentram a maior proporção de pessoas a viver em situação de pobreza, sem provisão de infraestruturas básicas (água, energia, saneamento, transportes) e de serviços essenciais como os de saúde, educação, indispensáveis para o bem-estar. A fraca produtividades das zonas rurais constitui um obstáculo ao desenvolvimento económico, portanto é preciso restaurar ou aumentar a produtividade destas zonas, porque sem o aumento desta, melhorar a qualidade de vida das populações rurais será uma meta difícil de se alcançar.

O desenvolvimento rural é entendido como o processo que visa melhorar as oportunidades e o bem-estar das pessoas em meio rural, é um processo de mudança nas características das sociedades rurais. Além do desenvolvimento agrícola, envolve objetivos sociais e ambientais, ao invés de apenas econômicos. Portanto, desenvolvimento rural engloba saúde, educação e outros serviços sociais. Ele também usa uma abordagem multissetorial para promoção da agricultura, extração de minerais, turismo, recreação e manufatura de nichos. (IFAD 2016:23)

O incremento da população em meios urbanos aumentou a procura por alimentos, matérias-primas e por amenidades ambientais, do meio rural, o que representa uma oportunidade para a agricultura e outras atividades primárias, bem como para o fomento de atividades ligadas aos sectores de serviços e de transformação, o que representa um desafio as políticas de desenvolvimento rural.

Desta feita, o objetivo de aumentar o bem-estar e a qualidade de vida da população, esta intrinsecamente ligado, a um aumento da renda familiar, que se relaciona a existência de empresas mais competitivas capazes de gerar empregos diversificados, um maior acesso a serviços de qualidade, e a um ambiente ameno, o que significaria melhorar o bem-estar nas suas diversas dimensões, social, ambiental e económica, o que a seguir se explicita. (OCDE 2016b:184)

Melhorar a dimensão social – significa proporcionar a população rural, o acesso a um conjunto de infraestruturas básicas e serviços como a educação, transportes, energia, saneamento básico, água potável, habitação e outros serviços públicos, em condições idênticas as da zona urbana, o que seria um instrumento de atratividade para permanência da população, bem como o aumentaria da coesão territorial.

Com a crise dos finais da década de 2000, os recursos ficaram mais escassos para o investimento em infraestruturas e serviços, o que obriga a formas de provisão mais eficazes, tais como; O investimento naqueles serviços com maior retorno social; A intervenção dos diversos atores no território, deixa de ser feita de forma isolada e passa a ser feita de forma complementar, o que significa pacotes de políticas, em vez de políticas sectoriais isoladas; Parcerias público-privadas na provisão de determinadas infraestruturas básicas; E por fim o reconhecimento da importância do sector solidário, naquelas situações em que haja falhas na provisão de serviços pelos governos e empresas.

Nas zonas rurais, a fraca densidade populacional tem sido o maior obstáculo a provisão de serviços e infraestruturas, investimentos dispendiosos para proporcionar o

acesso a determinados serviços a uma população reduzida não são viáveis, o que desincentiva a intervenção de empresas nestas zonas, alguns governos têm implementado políticas inovadoras para prover serviços de forma eficaz, cujos exemplos abaixo se arrolam:

- O Programa de Eletrificação Rural (PER), desenvolvido no Chile - tem como finalidade proporcionar as comunidades rurais, o acesso a energia elétrica, o programa é coordenado pela Comissão Nacional de Energia. Na sua concessão participam atores centrais e locais. O projeto é gerado pela comunidade, que se organiza e canaliza as suas necessidades através do Município, o projeto é cofinanciado, o estado responsabiliza-se pelo financiamento inicial, os privados e outros usuários, são responsáveis pelos custos operacionais, e administrativos, mediante pagamento de uma taxa. (BDAL 2013:73);
- O Programa “Net on Wheels”, desenvolvido em Portugal – tinha como objetivos, providenciar o acesso a internet, formação profissional e aumentar o acesso as tecnologias de informação nas áreas mais remotas de Portugal. O projeto consistia em miniautocarros equipados com 15 computadores que percorriam as zonas rurais, providenciando as populações o acesso a internet e a formação nas tecnologias de informação. Como resultado o programa, proporcionou o acesso as TICs a 26.000 usuários e desenvolveu 250 cursos, tendo formado 860 pessoas em TIC. (OCDE 2016b:205)

Dimensão Ambiental – O desenvolvimento Rural sustentável pressupõem a conciliação entre os objetivos do aumento da produtividade e da preservação do meio ambiente, o que a partida parece difícil, já que o aumento da produtividade relaciona-se a um maior uso dos recursos naturais.

Um incremento na produção agrícola associa-se ao uso de maiores quantidades de fertilizantes e produtos químicos para preservação das plantas, ocasionando a poluição dos rios, águas subterrâneas e debilitação dos solos. Outras atividades como a exploração de minerais e a exploração de madeira para fins indústrias, contribuem para a degradação do meio ambiente.

Os objetivos de aumentar a produtividade e preservar o meio ambiente, deve ser a principal preocupação do desenvolvimento rural porque ai reside a sua competitividade, o que implica a adoção de práticas produtivas que reduzam o uso de matérias poluentes e a afetação dos recursos naturais de forma sustentável, para a conservação das amenidades rurais.

A existência de espaços naturais sem poluição atmosférica corresponde a principal atração do meio rural, joga um papel fundamental na qualidade de vida dos seus habitantes e no fomento da indústria do turismo. Estas vantagens são postas em causa quando há uma provisão deficitária de infraestruturas e serviços públicos, a título de exemplo, na falta de energias e combustíveis convencionais, a população os substitui, usando a lenha em grande quantidade na cozinha e no aquecimento, o que provoca problemas de poluição atmosférico, desflorestação e de saúde pública.

Dimensão Económica – é preciso gerar empregos na zona rural, para poder aumentar a renda das famílias que vivem em meio rural e consequentemente diminuir os índices de pobreza rural, portanto é fundamental aumentar a produtividade da zona rural.

As zonas rurais apresentam oportunidades únicas para aumentar os seus índices de produtividade, decorrentes do aumento da população urbana. O crescimento da população urbana aumentou a pressão sobre o meio ambiente, as cidades encontram-se poluídas, o que aumenta a procura por ambientes mais saudáveis, e por energias amigas do ambiente, o meio rural apresenta condições que possibilitam suprir esta procura.

Em muitos países criam-se novos empregos e oportunidades de negócios, com a produção de energias renováveis e com o desenvolvimento do turismo rural. O desenvolvimento destas atividades possibilita o surgimento de indústrias relacionadas, que não podem ser negligenciadas pela política rural. Estas atividades devem ser estimuladas, apar das outras atividades tradicionais do meio rural, para permitir o surgimento de empregos ligados a outros setores de atividade, que possam conferir ao meio rural maior competitividade. (OCDE 2016b:193-194)

Para melhor proveito das oportunidades rurais, é preciso apostar no aumento das capacidades locais, com mais trabalhadores qualificados e o estímulo ao espírito empreendedor, para criar um tecido empresarial competitivo e inovador, capaz de competir nos mercados locais e nos mercados de exportação.

O investimento em pequenos produtores e pequenos projetos geram maior retorno a comunidade, em relação aos grandes projetos, por serem menos dispendiosos e mais interativos, empregam mais pessoas, permite uma proximidade entre os diversos atores, facilitando o surgimento de clusters. Seguindo (OCDE 2016b:198)

A política rural pode aumentar a produtividade e a competitividade local, com investimentos bem direcionados, tenham em atenção as especificidades regionais, o que

implica uma coordenação entre as diversas políticas setoriais, para criar complementaridade entre elas.

3. Transformação da Zona Rural de Bogotá⁸

O Plano de Gestão para o Desenvolvimento Rural sustentável – PGDR Bogotá 2009, foi formulado como um instrumento de gestão do desenvolvimento rural sustentável, para uma região com uma extensão de 163.661ha que corresponde a 76,5% da extensão total do Distrito de Bogotá, para um período de 15 anos. As políticas públicas ignoraram durante muito tempo a sua importância económica, subaproveitando uma grande quantidade de recursos que contribuiriam para o aumento da produção de riqueza e da qualidade de vida das populações.

Sem uma política definida sobre o meio rural, o alargamento da cidade, a falta de produtividade e de infraestruturas básicas e serviços, ameaçavam destruir o ecossistema e a economia. O plano surge com o objetivo de garantir um desenvolvimento humano sustentável, proteger o património ambiental e estimular a produção, conjugando esforços entre a sociedade civil, cidadãos, autoridades centrais e rurais. (PDGR 2009:16).

O plano estrutura-se em programas, subprogramas e projetos, para resolução de problemas, sociais, ambientais e económicos do meio rural, que a seguir desenvolvemos de acordo a estas 3 dimensões.

Problemas sociais:

a) Falta de infraestruturas:

Energia - Produção de energias renováveis de iniciativa local e independente, em zonas sem acesso a rede; Desenvolvimento de subsídios para o acesso dos habitantes de menor renda à rede elétrica e de gás natural para o aquecimento e cozinha.

Habitação – Implementação de um manual, que impõe condições mínimas para construção de habitações rurais; Relocalização dos habitantes em locais com melhores condições; Instituição de um fundo de garantia para obtenção de habitação; Construção de espaços públicos.

⁸ A elaboração desta secção foi baseada no Plano de Gestão para o Desenvolvimento Rural sustentável de Bogotá 2009, disponível em:
<http://ambientebogota.gov.co/documents/10157/73753/El+Plan+de+Gesti%C3%B3n+para+el+Desarrollo+Rural+Sostenible.pdf>

Água e saneamento básico - Ampliação da rede de abastecimento de água potável; Estabelecimento de subsídios que facilitem o acesso da população de baixa renda a rede de abastecimento de água potável; Implementação de centros de tratamento de águas residuais em habitações rurais dispersas e concentradas bem como, os resíduos sólidos destas habitações; Desenvolvimento de ações de sensibilização aos habitantes.

Transporte – Desenvolvimento de dois sistemas de transporte, um para passageiros e outro para o transporte de mercadorias.

Saúde – Garantir cobertura universal dos cuidados de saúde, com ampliação da rede de convénios com instituições de saúde privadas; Criação de observatórios de saúde.

Educação – Garantir o acesso permanente a educação, com a provisão de transporte, alimentação, uniformes gratuitos, incentivos aos melhores estudantes, desenvolvimento de cursos técnicos virados para a resolução de problemas do meio rural.

b) Problemas ambientais:

O plano implementa medidas tendentes a conservação da bacia hidrográfica, e a proteção das zonas de fauna e flora protegida, onde se inclui a sensibilização da população e trabalhos de restauro do leito dos rios.

c) Problemas da produtividade:

Criação de organizações de campesinato empresarial para o desenvolvimento, vocacionada para agricultura, florestas e pecuária, capaz de expandir a produção para os mercados internos e externos, através de mecanismos de apoio ao escoamento de produtos (sistema de transporte de cargas), aumento da produção (linhas de crédito), e planos de marketing.

Desenvolvimento de centros de apoio técnico a produção, que disponibilizam cursos de capacitação aos produtores e selecionam espécies animais e vegetais mais rentáveis.

Revitalização e desenvolvimento de agroindústrias, apoio técnico à microempresas indústrias e criação de subsídios ao desenvolvimento.

Construção de infraestruturas de apoio ao turismo e atividades conexas, comércio e restauração e o estabelecimento de apoios ao fomento e comercialização destes serviços, créditos bancários bonificados, apoio técnico (planos de negócio e de gestão).

Estimulo a criação de associações de pequenos produtores, vocacionadas a comercialização e divulgação dos produtos. Estas são uma mais-valia, na medida em que encontram-se melhor preparadas para enfrentar o mercado, e evitam que os pequenos produtores enfrentem o mercado de forma individualizadas, para que não sejam enganados por intermediários infieis.

Figura III.2. Plano de desenvolvimento rural

Problemas	Instrumentos	Soluções
Falta de infraestruturas básicas e serviços	✓ Créditos a habitação	Desenvolvimento de fontes de abastecimento de energia elétrica de produção local.
	✓ Subsídios	Subsídio as famílias para acederem a rede elétrica, e ao gás natural
	✓ Networking	
	✓ Formação	Desenvolvimento de sistemas de transporte para passageiro e cargas.
	✓ Investimentos em infraestruturas	
		Ampliação da rede de distribuição de água potável. Centros de tratamento das águas residuais
		Centros de tratamento de resíduos sólidos.
	Construções de habitações económicas. Desenvolvimento de um sistema de educação e saúde adaptado a realidade rural.	
Perca da identidade cultural.	✓ Investimento em infraestruturas.	Criação de escolas de artes, com cursos de cinema e fotografias.
	✓ Networking	Conservação e inscrição do património
		Proteção do património cultural intangível
Fracas produtividade e competitividade	✓ Crédito bonificado	Criação de associações empresárias de produtores vinculados os atividades agrícolas, pecuária e floresta.
	✓ Networking	
	✓ Associativismo	Apoio técnico, a produção e comercialização dos produtos no mercado interno e externo
	✓ Capacitação.	
	✓ Investimento em I&D.	Apoio ao fortalecimento da agroindústrias, capacitação, apoio tecnológico, modernização.
	✓ Investimento em infraestruturas	Construção de infraestruturas de apoio as atividades turísticas, comerciais e a restauração
	Exploração comercial das energias renováveis. Maior interação entre as zonas rurais e urbanas.	
Poluição ambiental	Sensibilização Networking	Reorganização das atividades a volta das bacias hidrográficas, ações de capacitação sobre o uso correto da água Estabelecimento de zonas protegidas.
Gestão centralizada.	Descentralização.	Maior participação das instituições, cidadãos na resolução dos problemas. Mais espaço a mulher para participação nas decisões.

3.1. Lições Aprendidas

A ligação Rural/Urbana é fundamental para o aumento da produtividade em meio rural, já que os meios urbanos são os principais destinatários da produção rural.

É fundamental criar uma estrutura organizacional forte, que permita associar os camponeses e demais produtores rurais, para facilitar o processo de escoamento da produção, com a criação de circuitos de comercialização

Um sistema de transporte baseado em meio rural, desenhado de acordo as necessidades e especificidades locais é mais eficaz.

É importante aumentar a produtividade e a oferta de infraestruturas básicas e serviços, sem descuidar a preservação do meio ambiente.

IV. O CASO DE ANGOLA

1. Caracterização

Angola situa-se na África austral, com uma extensão territorial é de 1 246 700Km², é um dos maiores países da região, é limitado a sul pela República da Namíbia, a Norte pela República do Congo e a República Democrática do Congo que juntamente a República da Zâmbia, limitam o país à leste, ao oeste encontramos um extensa faixa costeira banhada pelo oceano Atlântico.

O clima é predominantemente tropical, com duas estações bem definidas, o cacimbo que corresponde a época seca, em que as temperaturas são relativamente baixas, vai de Junho à Agosto, e uma época chuvosa que vai de Setembro à Abril, com temperaturas altas e precipitações abundantes durante maior parte do ano, com exceção do litoral sul e sudeste em que as precipitações são escassas devido a ação da corrente fria de Benguela.

A história económica social do país divide-se em dois grandes períodos, o colonial e o período após independência.

O período colonial vigorou por cerca de 500 anos, desenrolou-se em duas fases: A primeira de 1575-1910, caracterizada por uma economia dependente do tráfico de escravo e do comércio de marfim; A segunda fase do início do séc. XX até 1975 data da proclamação da independência, caracterizada por uma exploração capitalista dos recursos, com uma agricultura vigorosa e exploração de minerais.

O período após a independência foi caracterizado por um longo período de guerra, que destruiu todo o tecido produtivo, deixando a economia completamente desestruturada. Com o término da guerra em 2002, vive-se um período de paz efetiva caracterizado por um esforço de reconstrução nacional e reestruturação da economia.

1.1. Período Colonial 1575-1975

Os primeiros contactos entre populações angolanas e europeias estabeleceram-se em 1482, quando Diogo Cão e a sua nau atracaram nas margens do rio Zaire, território pertencente ao Reino do Congo, com o qual firmaram relações comerciais, diplomáticas e religiosas, sendo esta fase, caracterizada por respeito mútuo entre as partes.

O período de colonização propriamente dito, inicia-se com a fundação da cidade de Luanda em 1575, por Paulo Dias de Novais, com 400 soldados e 100 famílias portuguesas, sendo esta, utilizada durante muito tempo como uma feitoria que serviu de base as guerras de penetração para o interior território, que culminaram com a conquista do reino do Ndongo e de outros reinos do norte de Angola. (Dilolwa1978:20)

A expansão portuguesa ao interior norte, não correspondeu a uma ocupação efetiva do território, limitando-se a construção de fortalezas, que eram sobretudo, habitadas por militares e uma pequena população carceraria desterrada da metrópole para a colônia, portanto, estes locais tinham uma dupla função, eram postos avançados no interior do território, para angariação de escravos, e por outra, eram autênticos presídios.

A economia do país era alimentada pelo comércio do marfim, e tinham no tráfico de escravo a sua principal atividade económica, que foi sofrendo incrementos sucessivos proporcionais ao aumento da produção nas plantações cana-de-açúcar no Brasil, sendo o motor do famoso comércio triangular.

As incursões ao interior do país tinham como principal função, assegurar as rotas internas do comércio de escravos, e angariar mais escravos por intermedio das guerras de kwata! Kwata! (guerras de caça aos nativos, para serem vendidos como escravos).

Por conseguinte, é neste intuito, que é fundada a cidade de Benguela-a-Nova em 1617, para servir de base a penetração aos reinos do planalto central, onde havia uma elevada concentração populacional, é desta cidade que o domínio português se expandiu para o interior do território à sul do rio Kwanza. (Afrontamento 1965:79).

Importa salientar, que até o Séc. XIX, o domínio português não se traduzia numa ocupação efetiva do território, limitava-se ao litoral e a determinados pontos no interior onde se haviam estabelecido fortes que serviam de ponto de partida para as guerras de Kwata! Kwata! Não havia uma moeda de cunho português nas regiões do interior sob domínio dos reinos africanos, utilizava-se as moedas locais, nos primeiros tempos o Zimbo e depois o Libongo e o sal, um libongo equivalia a 50 reais e uma barra de sal correspondia a 200 reais.

O séc. XIX é um século de acontecimentos marcantes, que determinaram a mudança na economia da colônia de Angola, em 1836 pressionado pela Inglaterra Portugal é obrigado a aderir a abolição do tráfico de escravos, o que retirou a principal fonte de sustentação da economia local, originando a substituição paulatina do tráfico de escravo pela borracha, como principal produto de exportação. Nesta mesma época, faz-

se a introdução de novas espécies vegetais e animais, que produziram profundas transformações no setor agropecuário, tais como, o milho, mandioca, arroz, trigo, batata-doce, jinguba, banana, que foram profundamente assimilados nos hábitos alimentares das populações locais, e outros produtos vocacionados ao mercado externo como, o café, o cacau, o gergelim e o algodão, e o aumento da captura de pescado marinho. (Dilolwa 1978:28.)

Fruto de transformações na conjuntura económica internacional, Portugal vê-se na iminência de perder os seus territórios para outras potências europeias, que viviam o processo da revolução industrial, e viam na África um potencial fornecedor de matérias-primas para a nova indústria nascente, impulsionando a ocupação efetiva do território. Tendo como ponto de partida a conferência de Berlim de 1884, empreenderam as guerras de ocupação militar do território, tendo consolidado a sua ocupação efetiva em 1920 com a ocupação dos territórios do Reino Lunda.

A partir do séc. XX, o governo português passa a uma exploração efetiva da colónia. Com a proclamação da República de Portugal em 1910, implementam-se reformas que efetivam a administração portuguesa, baseadas numa estratégia focada em aumentar a população europeia e a prática da agricultura vocacionada a produção de produtos exportáveis.

Uma das reformas mais importantes nesta época, operaram-se na legislação trabalhista, com a publicação do Decreto nº 16 199, Código do trabalho indígena, que permitia aos colonos usarem de forma intensiva o trabalho africano a baixo custo, o que permitiu o incremento da produção agrícola de culturas voltadas para a autossustentação e para a exportação, tais como, o milho, sisal, cana-de-açúcar, café e o cacau, que marcam o início de uma verdadeira produção económica, coincidindo com o declínio da exportação da borracha.

Como resultado da estratégia de povoamento branco, a população portuguesa total a residir na colónia de Angola passou de 9000 habitantes no ano de 1900, para 30 000 habitantes em 1930, numa velocidade muito superior ao crescimento da população negra, que no mesmo período aumentou apenas 1%. (Afrontamento 1968:168.)

Contribuiu para o fraco crescimento da população negra, as emigrações das populações fronteiriças, que preferiam migrar para as nações vizinhas à submeter-se as condições de trabalho forçado imposta pela administração portuguesa. Esta situação deixou a região leste e norte praticamente despovoadas, o que obrigou a movimentação de populações do centro sul, bastante numerosas, para trabalharem em plantações no

norte e leste do país bem como, nas grandes construções de infraestruturas (estradas, caminhos de ferro, etc.)

Consolidada a ocupação efetiva do território, o período que se seguiu foi caracterizado por uma economia bastante dinâmica e extrovertida, com uma produção diversificada, desde produtos agrícolas como o café, milho, algodão, produtos de exploração mineira como o diamante e o ferro, e alguns agroindústrias como o açúcar, óleo de palma e a farinha de peixe, o quadro abaixo mostra a evolução das exportações.

Grande parte da produção de produtos agrícolas era assegurada, por pequenos produtores africanos, sendo o resto assegurado pelas grandes companhias. O ciclo veio a inverter-se com vagas sucessivas de colonos portugueses incentivados pela administração colonial com a atribuição de terras, expropriadas aos agricultores africanos. O quadro mostra a produção agrícola de 1941, a percentagem destes produtos, produzidos por agricultores africanos em relação aos agricultores europeus expressa em tonelada.

Figura IV.1. Comparação entre a Produção Europeia vs Camponeses

Produtos	Produções Europeias	Pequenas lavras
Trigo	3729	11538
Milho	20038	344563
Cana-de-açúcar	352427	139
Café	21103	6815
Algodão caroço	2789	13606
Tabaco	684	2052
Feijão	2331	16954
Batata reno	748	11864

Fonte: Dilolwa 1978

Importa salientar que de 1961 à 1973, regista-se um período de grandes investimentos, com grandes empresas multinacionais a investirem na indústria transformadora e o incremento no investimento na indústria extrativa. Nesta fase começa-se a exportar o petróleo, e muitos bancos se estabelecem no país, facilitando o financiamento da economia, apesar de coincidir com o início da luta armada foi o período de maior densidade económica na colónia.

Desta feita neste período a um incremento acentuado das exportações, no ano de 1961 foram exportadas 1 328 618 toneladas de produtos diversos, e importou-se 472

350 toneladas, no ano de 1973, foram exportadas 15 446 491 toneladas, e importou-se 1 055 277 toneladas. Com um aumento acentuado da participação do petróleo nas exportações, os principais produtos exportados no ano 1973 são: o petróleo 30% das exportações totais; o café 26,6%; diamantes 10,4%; minérios de ferro 6,3%. A estrutura dos principais produtos importados sofreram uma alteração, os vinho e tecidos nos primeiros tempos, com o investimento em infraestruturas de transportes e de habitação, os principais produtos importados passaram a ser os automóveis, o ferro e o aço. (Dilolwa1978:215)

Os outros produtos continuaram a ser produzidos, sobretudo para o mercado interno. Com o aumento das atividades ligadas a pecuária e a indústria transformadora, se desenvolvia com uma produção diversificada, com maior realce para os produtos alimentares, e outros produtos como os derivados do petróleo, produtos têxteis, papel etc.

Os dados de 1970 mostravam um incremento da população de raça branca fruto das vagas imigratórias que se prolongaram até ao início da década de 60, a população total de Angola era de aproximadamente 562 0000 de habitantes. Os brancos representavam 5,5% do total da população, a população urbana era de aproximadamente de 15%, já se notava um incremento no número da população a viver em cidades, fruto de um êxodo rural impulsionado pelas guerras de libertação.

1.2. Período Pós Colonial

Em 1975 foi proclamada a independência nacional, com ela eclodiu uma guerra civil que durou cerca 27 anos. O período de guerra se desenrolou de 1975-2002 representou um retrocesso no crescimento da economia angolana, foi destruído a maior parte do tecido produtivo do país, com consequências negativas profundas no nível de vida das populações. Grande parte do território nacional ficou despovoado, e sem atividade económica.

Com o término da guerra, o país registou anos de elevadas taxas de crescimento económico, impulsionado pelo preço do petróleo no mercado internacional e pelos esforços de reconstrução do país. Este processo foi mais intenso nas províncias do litoral, o que incrementou o processo migratório em direção a estas províncias, em especial Luanda.

Os dados do censo mostram que a população angolana é de 2 578 9024 habitantes, dos quais 63% da população vive em meio urbano. As mulheres representam cerca de 52% do total da população. A população dos 0-14 representa cerca de 47,5%. A população dos 15-24 representa cerca de 18%. O índice de desemprego é 23,4%. As atividades primárias empregam cerca de 44,3% da população ativa. A esperança média de vida é de 60,2 anos.

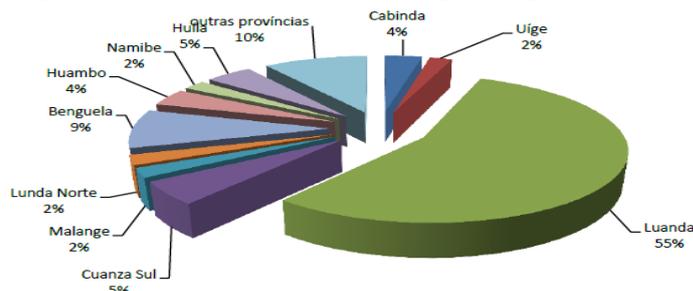
A guerra atingiu com maior incidência as regiões do interior, as populações refugiaram-se nas províncias do litoral e sul do país, o que deixou o país bastante assimétrico, com uma excessiva concentração populacional na província de Luanda, cerca de 27% da população, quando associado as províncias de Benguela, Huila, Huambo e Bié, concentram cerca 70% da população total.

O número da população a viver em cidades, sofreu um incremento de mais de 500%, o que não foi acompanhado por investimento em infraestruturas, tornando as cidades congestionadas e com graves problemas na provisão de infraestruturas de transporte, habitação, saneamento, eletricidade etc. com altas taxas de desemprego.

A cidade de Luanda foi a que mais cresceu, em 1970 tinha uma população de aproximadamente 561 000 habitantes, a sua densidade populacional era de 16,6%, sendo que em 2014 a sua população era estimada em 7,000,000 de habitantes, e uma densidade populacional de 368hab/km². Apesar do congestionamento destas cidades e do término da guerra, as migrações continuam na mesma direção, atraídas pela excessiva concentração de atividades económicas. As províncias do litoral e centro sul, apesar do excesso de população são alavancadas pela produção petrolífera, e uma dotação de infraestruturas herdadas da época colonial, o que as torna mais atrativas a fixação das empresas.

Desta feita, 55% do total das empresas no país encontram-se sediadas na província de Luanda, quando associada as províncias de Benguela, kwanza-Sul, Huambo, Huila e Cabinda, concentram mais de 80% das empresas.

Figura IV.2. Distribuição das Empresas pelas Províncias



Fonte: INE 2015.

Destas empresas, mais de 51,3% correspondem as atividades de comércio e mecânica, que não são exportáveis. A pesca, agricultura, pecuária e floresta, representam apenas 4,4% das atividades. A indústria transformadora representa apenas 3,9% das atividades das empresas, o que se reflete na estrutura das exportações do país, em que o petróleo representou no mesmo ano 96% das exportações, portanto a economia encontra-se fechada, não há uma diversificação económica, o que condiciona o desempenho económico e à expõe a flutuação do preço do petróleo.

Em 2016 a produção petrolífera representou 32% do PIB, enquanto o setor de comércio a sua contribuição foi de 27%, o setor primário (agricultura, pecuária, e floresta), representou 12%, do PIB. Se consideramos o fato de as atividades ligadas ao setor primário, empregarem mais de 44% da população ativa e o fato de ser a atividade mais representativa do país, nota-se a falta de produtividade da maior parte do país, porque as atividades comerciais e petrolíferas encontram-se concentradas em Luanda, e numas poucas províncias do litoral e centro sul, o que significa que grande parte dos recursos existentes nas províncias restantes que são a maioria, não são estimulados a contribuírem para o PIB. CIC 2016:10.

Por conseguinte, pode-se concluir que o país é bastante assimétrico, com uma excessiva concentração populacional nas províncias do litoral e centro sul, que conjuga a concentração das atividades económicas. As atividades económicas são maioritariamente ligadas a setores de serviços não comercializáveis, o que faz com que a economia encontre-se fechada.

2. A Estratégia de Desenvolvimento Regional em Angola

Durante os 27 anos de guerra, a política económica cingiu-se a intervenções pontuais e casuísticas muito ligadas as preocupações resultantes da própria dinâmica da guerra, no sentido de manter as funções económicas correntes. Não existia condições para a implementação de uma política que permitisse estimular um desenvolvimento económico equilibrado e duradouro. Desta feita, a Estratégia de Longo Prazo Angola 2025, é o primeiro instrumento de gestão de desenvolvimento elaborado após a proclamação da independência, visa dar resposta ao longo período de desestruturação económica e ao fraco desenvolvimento social.

A ELP no horizonte 2025 pretende alcançar os objetivos globais seguintes: I) Unidade e coesão nacional; II) Desenvolvimento Humano; III) Desenvolvimento equitativo e sustentável; IV) Desenvolvimento Económico; V) Desenvolvimento do conhecimento e inovação; VI) Desenvolvimento Sociocultural; VII) Desenvolvimento Democrático e participativo; VIII) Desenvolvimento do território.

Estes objetivos estruturam-se em 5 grandes sistemas, compostos por políticas, com objetivos específicos bem definidos, que se traduzem em programas concretos, desta feita teremos: I) O Mega sistema população; II) Sistema tecno económico; III) Sistema Político-institucional; IV) Sistema Sociocultural; V) Mega Sistema do Território.

A ELP considera alguns recursos que aliados a capacidade de organização da sociedade, como determinantes para o êxito da estratégia:

- I) Recursos humanos – serão fundamentais para a implementação da estratégia, para isso é preciso motivar e capacitar os RH;
- II) Recursos naturais – afetar os recursos naturais no processo produtivo de forma sustentável, os solos, os minerais, as fontes de energia, as florestas;
- III) Recursos capitais – construir e reabilitar infraestruturas para ancorar o processo produtivo;
- IV) Recursos tecnológicos e conhecimento – criar capacidade científica e tecnológica;

A estratégia é implementada em três fases, que comportam desafios diferentes em cada uma delas. Estas fases são implementadas por programas de desenvolvimento de curto e médio prazo:

I) 2000-2005 – Paz reconstrução Nacional e Crescimento Economico – Neste período, o principal desafio foi a reabilitação das infraestruturas económicas e sociais destruídas durante o período da guerra, para ancorar o processo produtivo. Foi marcada por um crescimento económico vigoroso, impulsionado por investimentos substanciais em obras públicas, financiados pela alta dos preços do petróleo.

II) 2006-2015 - Modernização e Desenvolvimento – Fase crucial para o sucesso da estratégia. Tem como objetivo principal modernizar a economia do país e garantir a sua inserção na economia mundial e regional. Prevê-se um aumento da competitividade territorial, com a intensificação da capacitação dos recursos humanos em diversas áreas, e um grande retorno económico e social dos investimentos realizados nos diversos clusters, o que vai permitir aumentar a qualidade de vida dos cidadãos.

III) 2016-2025- Consolidação e Desenvolvimento – O modelo de desenvolvimento previsto estará a se consolidar, a diversificação económica estará efetivada, com a emergência de uma agricultura forte e competitiva, aliada a uma indústria diversificada orientada para a procura externa, e pela expansão das atividades ligadas ao setor de serviços. Prevê-se uma redução da dependência económica do petróleo e do diamante, com uma maior abertura da economia aos mercados externos.

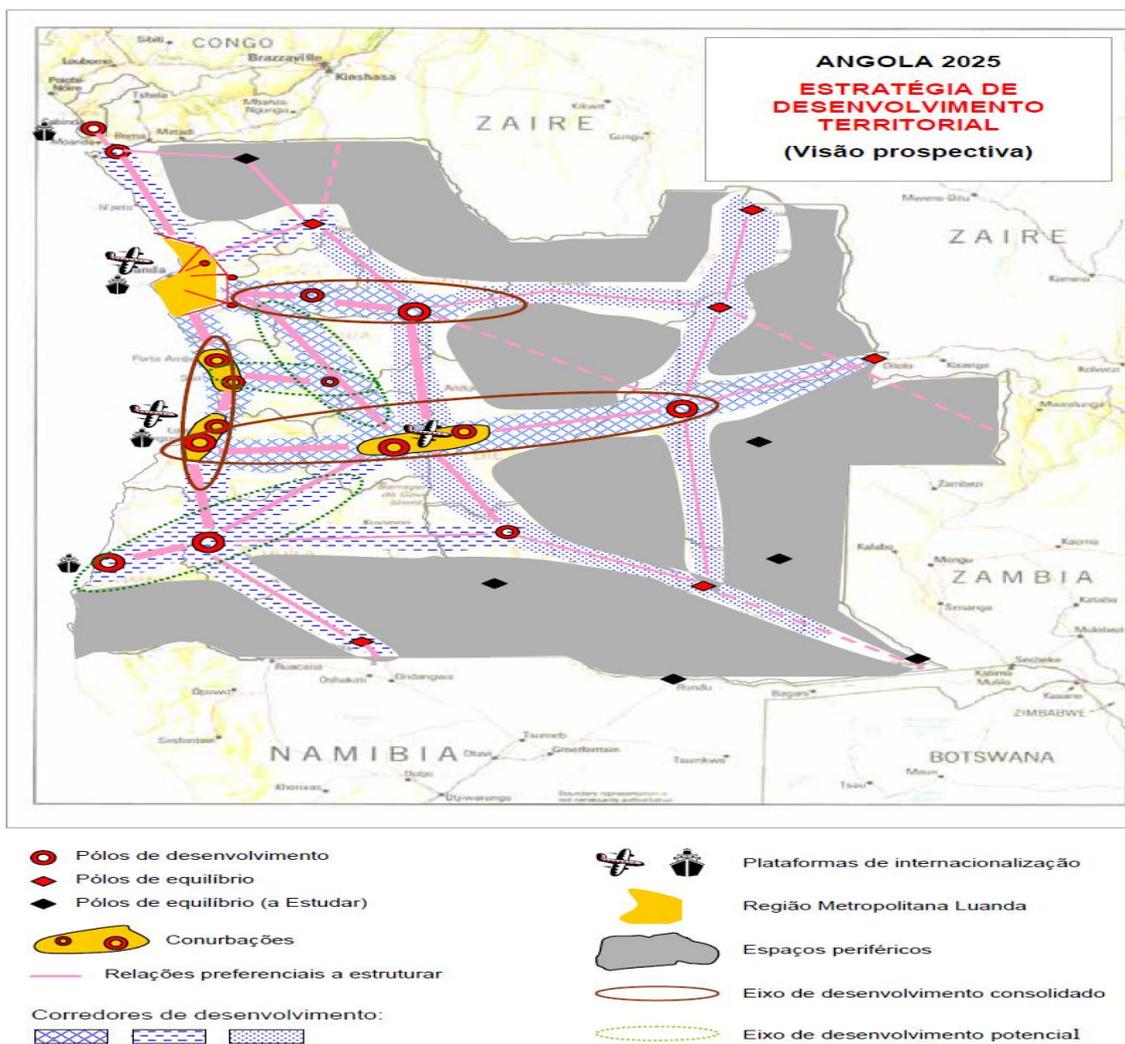
A ELP atribui uma importância estratégica ao território como elemento determinante para o sucesso da mesma, por ser transversal a todas políticas. A estratégia para o território encontra-se na ELP sob a epígrafe Mega Sistema Território.

O objetivo da estratégia para o território é o alcance de um desenvolvimento equilibrado, o que difere da uniformização do território, o que se pretende é atender as especificidades de cada território.

Por conseguinte, os objetivos estratégicos são: Coesão territorial, Competitividade, Eficiência e Sustentabilidade. Pressupõe a necessidade de reduzir as assimetrias regionais do desenvolvimento, proporcionando aos cidadãos um acesso idêntico a infraestruturas e serviços em todo o território, e em simultâneo aumentar a competitividade regional com medidas ajustadas aos territórios, para que todos possam contribuir para o desenvolvimento do país, e por outra lado zelar para que este processo de aumento da produtividade seja compatível com a preservação dos recursos naturais. (ELP 2007:X-6).

Com base nos objetivos acima referidos, a ELP prevê estruturar o território no horizonte 2025, em polos de desenvolvimento, polos de equilíbrios, plataformas de internacionalização e eixos de desenvolvimento, capazes de gerar um crescimento económico equilibrado do território, conforme representação abaixo:

Figura IV.3. Perspectiva do Território no Longo Prazo



Fonte: ELP 2025

O desenvolvimento equilibrado do território efetiva-se, promovendo polos de desenvolvimento e de equilíbrio, que mediante fluxos materiais e imateriais em corredores predefinidos, poderão disseminar o desenvolvimento para toda a extensão do território.

Os Polos de desenvolvimento vão corresponder aos grandes centros urbanos preexistentes, na sua maioria capitais províncias, com maior densidade populacional e provisão de infraestruturas. A política prevê concentrar várias atividades motoras, capazes de gerar economias de escala e de aglomeração urbana, tornando o polo mais atrativo a fixação de empresas nacionais e estrangeiras.

Prevê-se estruturar a região Luanda/Bengo como uma grande metrópole, e principal polo de desenvolvimento, sede das principais empresas nacionais e multinacionais. Será responsável pela dinâmica da economia nacional e inserção do país na economia mundial.

Os polos situados na região do litoral sul e no centro do país terão um papel importante na estratégia, contribuindo para difusão do desenvolvimento e alternativa a excessiva concentração populacional zona metropolitana Luanda/Bengo;

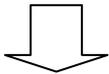
Os Polos de equilíbrio são direcionados a territórios menos desenvolvidos, com uma fraca provisão de infraestruturas, na sua maioria rurais com poucas condições para se desenvolverem rapidamente. A solução passa pela construção de centros urbanos, que assegurem a provisão de serviços sociais e económicos, e dinamizem a economia da região, com a sua procura, prestação de serviços, o que poderá atrair novos investidores;

Os eixos de desenvolvimento são elementos fundamentais da estratégia, se não funcionarem de forma eficaz poderão aumentar os desequilíbrios, são responsáveis pela difusão do desenvolvimento económico, conectando os polos e as regiões, permitindo o fluxo de recursos matérias, humanos, financeiros e de serviços entre estes. Quanto mais eficientes forem as infraestruturas de comunicação e transporte, maior serão os efeitos de difusão dos polos sobre o território.

A estratégia prevê um aumento da competitividade da economia angolana, ao que se aposta na abertura da economia ao exterior. Os portos de Luanda, Lobito e Namibe, aeroporto internacional de Luanda e encontram-se previstos a construção de mais dois aeroportos internacionais nas províncias de Benguela e Luanda, serão as plataformas de internacionalização da economia angolana.

A estratégia para o território é implementada mediante investimentos em clusters. Para a sua efetivação estabelece alguns clusters como prioritários, pela sua capacidade de impulsionar atividades produtivas e por serem pressupostos básicos para o desenvolvimento, que são, os cluster energias e águas, habitação, transportes, alimentação e agroindústria.

Figura IV.4. Quadro Síntese dos Instrumentos

Problemas/Objetivos	Instrumentos
<p>Isolamento dos territórios, assimetrias regionais, fraca produtividade, baixa competitividade, falta de infraestruturas</p>  <p>Desenvolvimento equilibrado (coesão, competitividade, eficácia, sustentabilidade)</p>	Investimento em infra estruturas básicas e serviços(habituação, agua, energia,educação, saude)
	Investimento em infraestruturas de transporte e logistica e telecomunicações.
	Criação de zonas economicas e polos industrias(incentivos fiscais, financeiros)
	Criação de circuito comercial
	Promoção do potencial endogeno.
	Incentivos a agricultura e atividades não agricolas em meio rural
	Incentivos ao empreendedorismo.
Descentralização administrativa(criação de autarquias locais)	

3. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017

O PND 2013-2017 enquadra-se na fase intermedia da implementação da ELP2025, correspondendo aos desafios da modernização e de sustentabilidade do desenvolvimento económico, centrada na estabilidade e na valorização do homem. (PND 2012:13).

O PND é o primeiro plano de desenvolvimento de médio prazo elaborado no quadro da nova constituição e da Lei de Bases Gerais do Sistema de Planeamento. Estabelece como linhas de força, a Estabilidade, Crescimento e Emprego, como fatores determinantes para alcançar o desenvolvimento económico, e implementa as opções da ELP2025, que enquanto instrumento de longo prazo condiciona as opções do PND 2013-2017. (PND2012:13).

Os objetivos estratégicos do ELP 2025 são implementados no Plano Nacional de Desenvolvimento através de 6 Objetivos estratégicos, que se desdobram em 14 políticas nacionais. A política do desenvolvimento Territorial faz parte das 6 políticas ligadas ao objetivo da unidade nacional e coesão territorial, que se estabelecem de acordo as orientações da ELP2025.

Figura IV.5. Articulação dos objetivos ELP2025/PND2013-2017

Objetivos da Política 2025		
Combater os desequilíbrios/polos de desenvolvimento e de equilíbrio, eixos de desenvolvimento e plataforma de internacionalização.		
Objetivos do PND. Unidade e coesão nacional	Política nacional do PND. Promoção do desenvolvimento equilibrado do território	Objetivo da política nacional do PND. Desenvolvimento equilibrado equitativo do território/potencial endógeno

O quadro seguinte mostra os indicadores selecionados para as metas que se pretendem atingir, em função dos problemas detetados:

Figura IV.6. Metas e Objetivos

Problemas/Objetivo	Objetivos Específicos	Indicadores	2013*	2017	
<p>Isolamento dos territórios, assimetrias regionais, fraca produtividade, baixa competitividade, falta de infraestruturas.</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>Desenvolvimento equilibrado equitativo do território, com base ao potencial endógeno.</p>	Estruturar o povoamento e criar rede de cidades que alavanquem territórios de menor potencial	Taxa Média Anual de Execução do PIP provincial (%)		80	
		Percentagens de zonas rurais com água e energia assegurados		70	
		Percentagem de cidades com abastecimento de Água e Energias assegurados		80	
	Criação de polos de equilíbrio em regiões com menor desenvolvimento	Nº Medio anual de polos de Desenvolvimento e de Equilíbrio Instalados			3
		Implementar rede nacional de plataformas logísticas e transportes nacionais	Percentagem de cidades com sistemas de transportes urbanos garantidos		75
			Nº medio anual de Km de Estradas construídas		

*Dados indisponíveis

Destes objetivos específicos, são estabelecidos 3 programas de ação fundamentais, com medidas de políticas bem definidas, conforme quadro abaixo.

Figura IV.7. Articulação dos Programas e Instrumentos

Programas	Medidas de Política	Instrumentos
Estruturamento do povoamento e ordenamento do território	Plano nacional de desenvolvimento do território e do ordenamento do território	Investimento em infraestruturas básicas e serviços (habitação, água, energia, educação, saúde)
	Sistema de incentivos, fiscais e parafiscais ao estabelecimento de novas atividades	
Modernização das capitais de províncias	Capacitar as regiões menos desenvolvidas, promovendo pré condições para o desenvolvimento endógeno	Investimento em infraestruturas de transporte e logística e telecomunicações.
	Elaborar implementar planos de ordenamento províncias	
	Elaborar implementar planos diretores	
Construção de uma rede de transportes e comunicações	Operações abrangentes de requalificação urbana/dignificação/valorização ambiental/multifuncionalidade dos espaços	Criação de zonas económicas e polos industriais (incentivos fiscais, financeiros)
	Elaborar Implementar um plano diretor nacional do sistema de transporte articulado com o plano da SADC	
	Elaborar e implementar planos diretores de transportes províncias	
	Construção das infraestruturas de transporte e comunicações	
	Concluir uma rede de estradas que ligue todas as províncias do país e as principais cidades	Criação de um circuito comercial .
		Promoção do potencial endógeno.
		Incentivos a agricultura e atividades não agrícolas em meio rural.
		Incentivos ao empreendedorismo.

O PND 2013-2017 efetiva a visão prospetiva para o território da ELP. Para as regiões onde existam infraestruturas e densidade populacional considerável, a intervenção é focada na implementação de medidas que permitam potenciar economias de aglomeração urbana. Em zonas que não existam precondições, com fraca provisão de infraestruturas, serviços e pouca concentração populacional, o papel da política centra-se na criação de precondições de arranque, para atrair e fixar populações e empresas, com vista ao surgimento economias de aglomeração urbana.

O Polo Metropolitano de Luanda/Bengo, joga um papel fundamental no sucesso da estratégia, é o principal polo de desenvolvimento e plataforma de internacionalização. Alberga um terço da população do país, a sua densidade demográfica é estimada em 368ha/km². Concentra o maior número de infraestruturas produtivas, alberga porto de Luanda e o Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro (Único aeroporto internacional em atividade), o Caminho-de-ferro de Luanda (CFL), e as sedes

da maior parte das empresas nacionais e multinacionais e a única Zona Económica Especial em atividade.

Por outra, a enorme concentração populacional, sem uma provisão suficiente de serviços e infraestruturas básicas, de transporte, eletricidade, habitação, água e saneamento, educação e saúde, faz com que a cidade esteja congestionada, condicionando os ganhos das aglomerações.

A política concentra quase metade do seu investimento para este polo, dos 399 Projetos Estruturantes (PE) aprovados, 162 são direcionados a aumentar a oferta de infraestruturas básicas e serviços, com vista a tornar a cidade mais funcional e reforçar as infraestruturas de internacionalização, como o novo aeroporto e o porto de Luanda respetivamente.

O eixo Benguela/ Lobito é o segundo polo mais dinâmico do país, é também a 2^a plataforma de internacionalização da economia, com o porto do Lobito, novo aeroporto internacional e o caminho-de-ferro de Benguela que se prolonga até a RDC. Insere-se na estratégia de diversificação dos pontos de internacionalização da economia no território, sendo uma alternativa para Luanda, tanto para o seu despovoamento, como para a internacionalização da economia.

É o ponto central para atingir o interior do continente em função do caminho-de-ferro, tem um grande potencial para o desenvolvimento da indústria, como o cimento, construção naval, refinaria de petróleo, transformação de produtos piscatórios e agrícolas, e atividades ligadas a indústria do turismo. Os maiores investimentos foram direcionados, a melhoria das infraestruturas básicas e serviços e na promoção de projetos ligados ao Cluster da Alimentação e Agronegócio.

Huambo e Kuito duas cidades do centro do país, no sistema dos polos de desenvolvimento, puderam afirmar-se como plataformas logísticas. São afluentes de toda a produção da região sul. Estimula-se o desenvolvimento de atividades que visam a especialização na agroindústria, agricultura comercial e pesca fluvial;

Cabinda a cidade mais a norte do país poderá afirmar-se como um polo industrial vocacionado a produção de produtos derivados do petróleo, exploração da madeira, e a promoção do comércio com a República do Congo;

A cidade do Soyo ligada a exploração petrolífera poderá tornar-se um polo petroquímico e siderúrgico, ligados a produção industrial fertilizantes, plásticos, fibras sintéticas, e alumínio.

Luena a cidade mais a leste do país, poderá afirmar-se como centro comercial e cultural da região leste do País.

Menongue a cidade mais à sudeste do país afirmar-se-á como polo logístico.

Mediante os eixos de desenvolvimento, as de economias de aglomeração geradas nestes polos serão externalizadas para o resto do território, o PND prevê 4 segmentos:

- 1) O corredor Porto Amboim – Benguela que se prolonga até as cidades do Namibe e Lubango;
- 2) Luanda-Malange ligado pelo caminho-de-ferro de Luanda;
- 3) Ligado pelo caminho-de-ferro de Benguela, o corredor que parte de Benguela ligando as cidades do Huambo-Kuito e se prolonga até a cidade do Luena
- 4) E por fim o corredor que liga as cidades do norte, Soyo, Mbanza Congo, Maquela do Zombo, Quimbele e Sanza Pombo.

E nas zonas menor densidade populacional e económica, o PND pretende desenvolver polos de equilíbrio ligados por corredores, com resultados verificáveis a prazo, que possam promover maior equidade territorial:

- 1) Uíge-Malange;
- 2) Malange-Huambo-Kuito;
- 3) Huambo-Mavinga prolongando-se até a República do Botswana;
- 4) Corredor Leste, Dundo – Luachimo-Chitato.

A intervenção da política opera-se por intermédio do PE, que são investimentos de dimensão significativa de iniciativa pública ou privada, com grande capacidade de alavancar os clusters e cadeias produtivas, impulsionando uma transformação socioeconómica do território, com o aumento da produtividade, competitividade e emprego.

Os PE ligados a exploração dos clusters prioritários, Energia e Águas, Alimentação e Indústria, Habitação, Transporte e Logística, por serem preponderantes para o êxito da estratégia, e terem um impacto direto no aumento da produtividade e da qualidade de vida das populações, são considerados prioritários.

O PND comporta 390 PE, dos quais 85 PE correspondem a 26,87% dos investimentos são de âmbito central, os restantes projetos são implementados por estruturas provinciais de acordo as opções determinadas pela estratégia, articulam-se com os planos provinciais, dos quais Luanda aglutina 126 PE, correspondendo a 26,05% dos investimentos, conforme quadro abaixo.

Figura IV.8. Distribuição dos PE pelas Províncias

Âmbito Geográfico	Projectos		Investimento (10 ⁶ Kz)	
	Nº	%	Montante	%
Bengo	8	2,07%	109.666	1,81%
Benguela	14	3,62%	428.963	7,07%
Bié	8	2,07%	38.469	0,63%
Cabinda	5	1,29%	44.448	0,73%
Cunene	9	2,33%	111.966	1,85%
Huambo	10	2,58%	145.488	2,40%
Huíla	21	5,43%	108.399	1,79%
Kuando Kubango	6	1,55%	54.603	0,90%
Kwanza Norte	9	2,33%	218.718	3,61%
Kwanza Sul	13	3,36%	466.330	7,69%
Lunda Norte	8	2,07%	73.646	1,21%
Lunda Sul	3	0,78%	15.195	0,25%
Luanda	126	32,30%	1.579.663	26,05%
Malange	19	4,91%	186.219	3,07%
Moxico	10	2,58%	118.387	1,95%
Namibe	6	1,55%	45.196	0,75%
Uíge	8	2,07%	66.793	1,10%
Zaire	20	5,17%	611.901	10,09%
Nacionais	85	21,45%	1.629.829	26,87%
Provinciais	2	0,52%	9.690	0,16%
Total	390	100,00%	6.063.570	100,00%

Fonte: PND (2013-2017).

Os projetos prioritários correspondem a maior parte dos PE, são distribuídos segundo as especificidades dos territórios, e o seu papel na estratégia. Estes podem ser de iniciativa pública, parceria público-privada e privados.

O quadro abaixo mostra o nº de projetos ligados a cada cluster prioritário, bem como a percentagem do investimento, sobre o investimento total dos PE.

Figura IV.9. Investimento nos PE prioritários

Clusters	Projetos	Projeto alta prioridade		% *	% **
Energia Aguas	65	Agua	Energia	16,6	22,8
		1-Agua para todos; 2-Abastecimento de água as Capitais e Municípios populosos.	1-Expansão da capacidade de produção e transporte; 2-Expansão da capacidade de distribuição; 3-Construção de Mini-hídricas e eletrificação rural		
Alimentação Agroindústria	57			14,6	4,4
Habitação	35			8,9	9,9
Transporte Logística	123	Transporte.	Logística.	31,5	38,6
		1-Recuperação das vias secundária; 2-Recuperação das vias terciarias	1-Rede de Plataformas logísticas; 2-Rede de armazéns e silos; 3-Rede de frio		

*Percentagem sobre o total dos PE

**Percentagem sobre o montante total investido nos PE.

Os PE que aglutinam maior percentagem do investimento, estão ligados aos clusters dos transportes e logística, com o objetivo de diminuir as distâncias entre os diversos fornecedores espalhados pelo território e obter uma coordenação logística, que permita criar um mercado interno abarcante.

Prevía-se a criação de uma rede de plataformas logísticas pelo território, com uma rede de armazéns, silos e camaras de frio ao redor e o investimento na reabilitação e construção de estradas secundárias e terciarias que ligam os povoados, caminho-de-ferro e aeroportos;

Os Clusters da energia e água são transversais a todo processo produtivo, jogam um papel fundamental no desenvolvimento de atividades económicas, tais como, produção e exportação de energia elétrica, turismo, agricultura e pesca. Têm um efeito direto no aumento da qualidade de vida das populações. Dos vários projetos ligados a este cluster, a eletrificação rural constitui o principal desafio pela dispersão da população no território, que o projeto de instalação de mini-hídricas pretende solucionar;

No que concerne ao cluster de habitação, os maiores investimentos estão previstos para a cidade de Luanda, para a construção de habitações sociais, saneamento básico, o que poderá impulsionar atividades conexas na região.

Os cluster de alimentação e agroindústria são de grande importância para o desenvolvimento económico. Garantem segurança alimentar, redução das importações, e alavancam várias cadeias produtivas, como a produção de carne, café, algodão, cereais, a reabilitação de infraestruturas de apoio a produção, como os canais de irrigação e a comercialização de inputs agrícolas. Há condições de desenvolver estas atividades em todo território, podendo influenciar a fixação das populações pela sua capacidade de gerar empregos, contribuindo para o equilíbrio do território.

4. Análise do PND 2013-2017

Importa fazer uma análise ao contexto em que se insere o PND, para determinar quais são os fatores que mais influenciaram o seu desempenho, ao que uma análise PESTAL nos permite visualizar o cenário.

Figura IV.10. Análise PESTAL

P	1- A estabilidade política com a manutenção do Governo, alinhamento do PND ao plano da política do governo. 2- Administração muito centralizada.
E	1- A crise económica mundial. 2- Excessiva dependência do petróleo, a queda do preço do petróleo retirou capacidade de financiamento da economia. 3- Elevado nível de população em situação de desemprego. 4- Fraca capacidade dos Recursos Humanos
S	1- Elevadas taxas de crescimento da população 2- Estrutura etária da população muito jovem 3- 61% da população é urbana 4- Elevado número da população a viver em situação de pobreza, sem a provisão de infraestruturas e serviços básicos
T	1- Fraco uso de tecnologias no processo produtivo; 2- Grande parte do território sem cobertura de rede de telefonia e internet.
A	1- Exploração desordenada dos recursos naturais. 2- Problemas na gestão de resíduos sólidos. 3- Grande potencial para produção de energias limpas
L	1- Aprovação da nova constituição da República em 2010. 2- Aprovação da Lei base do planeamento. 3- Aprovação da estratégia de desenvolvimento de longo prazo Angola 2025.

O PND foi implementado num período de profunda crise na economia mundial, provocada pela queda acentuada nos preços do petróleo, principal produto de

exportação e fonte de financiamento da economia angolana. Esta situação coincide com elevadas taxas de inflação que condicionaram a implementação do plano. Desta feita, torna-se difícil e pouco produtivo, analisar o seu impacto na economia, portanto faz-se uma análise as suas opções estratégicas.

Os polos de desenvolvimento constituem o principal motor da estratégia de desenvolvimento. São utilizados como um instrumento para gerar rápido crescimento económico em regiões incipientes, mas em determinadas circunstâncias podem gerar efeitos adversos que se traduzem na drenagem dos recursos de outras regiões, acentuado os desequilíbrios no território.

No caso de Angola vítima de uma evolução histórica adversa, que desestruturou completamente a sua economia, com uma grande parte dos seus recursos subutilizados, criar polos urbanos para estimular o crescimento económico do território, parece uma opção viável, dado a necessidade de estimular um rápido crescimento económico que permita criar riqueza, para resolver os graves problemas sociais.

A experiência de Bogotá (Colômbia) evidenciou o papel das economias de aglomeração urbana, enquanto motor do crescimento económico do território, mas por outra, torna-se imperioso investir nas regiões menos desenvolvidas para impulsionar uma transformação socioeconómica, que lhes permita tirar proveito das relações que se estabelecem com a cidade principal.

O plano é bastante centralizado na sua elaboração e implementação, com pouca participação das entidades locais, o que prejudica a sua eficácia. Cerca de 28% dos investimento nos PE são de âmbito central, os de âmbito provincial traduzem as opções centrais, não captam as aspirações do território, fazendo com que não ocorra um processo de apropriação por parte deste.

A política Placed-Based e as evidências de Bogotá e Kigali mostraram serem mais eficazes os planos de desenvolvimento elaborados e executados com o concurso das comunidades locais, porque estas, estão em melhores condições de identificarem os problemas e ajudarem a encontrar as soluções mais ajustadas, por exemplo em Kigali o plano de transformação da cidade foi elaborado com uma ampla colaboração entre a comunidade local e as estruturas centrais, todas as fases referentes a sua execução foram monitorados pela comunidade, o que contribuiu para o êxito do plano.

O PND reserva uma importância estratégica ao Polo metropolitano Luanda/Bengo, como principal motor do desenvolvimento do território e principal plataforma de internacionalização da economia. Absorve cerca de 24% do valor total dos PE o que

encontra-se em linha com as experiências estudadas, porque quanto maior é a concentração populacional maiores são os ganhos de produtividade, os países mais produtivos possuem grandes cidades que alavancam o desenvolvimento do seu território.

Luanda é uma grande cidade que alberga cerca de 7.000.000 de habitantes, com graves problemas na provisão de infraestruturas básicas e serviços, tornando a cidade congestionada não permitindo tirar proveito da sua enorme aglomeração populacional, as experiências de Kigali, Bogotá e ALC mostraram o seguinte:

1- Quanto maior é a conectividade da cidade maiores são os ganhos de produtividade, Luanda tem que resolver o problema da conectividade para desempenhar o papel que é-lhe reservado, com uma mudança no sistema de transporte em linha com os BRT de Bogotá por ter custos mais baixos, em relação a outros transportes públicos massivos, conjugado ao uso de tecnologias de informação e comunicação poderá tornar a cidade mais conectada;

2- As cidades secundárias e terciárias são um forte contrapeso a polarização das cidades principais, na ALC estas cidades conseguem atenuar os efeitos das cidades principais na economia do país. É preciso projetar Luanda sem descurar o resto do território, províncias há que lhes foi afetado menos de 1% do valor investido em PE, o que afeta negativamente o desempenho económico país e aumenta a dependência económica destas províncias e acentuam os movimentos migratórios em direção as cidades do litoral.

Os clusters prioritários (Energia e água, transportes e logística, habitação), são implementados de forma muito centralizada, as experiências da ALC mostraram que soluções localizadas com a participação dos beneficiários tendem a ser mais eficazes e menos dispendiosas, e tem a capacidade de gerar novos empregos.

O programa de eletrificação rural e construção de mini-hídricas é um programa central, atendendo a diversidade de recursos no território para produção de energias limpas, a opção por soluções diversificadas que tenham em conta as especificidades locais com o engajamento dos beneficiários (atores locais), tendem a ser mais económicas, mais eficazes, e produzem maior retorno social, em linha com que se faz na ALC em que as comunidades com o apoio técnico das entidades responsáveis pelo setor, concebem o projeto de produção de energia mais adequado, depois de aprovado é instalado pela entidade e a comunidade é responsável pela manutenção e conservação, o que gerou novas atividades em meio rural.

As redes logísticas e transportes são fundamentais no processo produtivo, porque respondem ao desafio do escoamento e conservação das mercadorias, conferindo segurança ao produtor, fundamental para uma especialização produtiva das regiões e consolidação de um mercado interno. Sistemas de transportes e logística, de base local tendem a ser mais ajustados e eficazes, com enormes retornos sociais, em linha com as soluções da zona rural de Bogotá, em que face a contração da sua produção por falta de escoamento, criaram-se dois sistemas de transportes, um vocacionado ao transporte de mercadoria e outro ao transporte de passageiros, que atendiam as relações comerciais e sociais com o centro urbano, porque sua dinâmica produtiva dependia do impulso destas relações.

5. Análise do PND com Base aos Paradigmas da Política Regional.

A estratégia é heterogénea abarca características dos três paradigmas da política regional, evidenciadas na necessidade de investir na construção de infraestruturas, que permitam ancorar o desenvolvimento e em simultâneo estimulem a competitividade das regiões como meio de atingir um crescimento económico vigoroso, que permita alcançar um desenvolvimento económico consistente em pouco tempo.

Desta feita, o PND tem maior pendor em medidas consistentes com o paradigma tradicional da política regional, como as preocupações em equilibrar o crescimento económico, através do investimento em infraestruturas básicas (transporte, energia, água, habitação), criação de polos económicos, zonas económicas especiais e incentivos fiscais e parafiscais para fixação de empresas em regiões com um crescimento económico incipiente, efetivadas por estruturas centrais.

Estes investimentos são combinados, com instrumentos que visam a criação de condições para o aproveitamento das potencialidades endógenas, através da promoção do potencial endógeno, ordenamento do território, apoio ao aumento da produção local, compatíveis com o paradigma endógeno da política regional.

Por outra, o tema da competitividade, coesão territorial, esta presente na estratégia de desenvolvimento regional, as medidas da política são direcionadas a mobilização das potencialidades das diversas regiões para o crescimento económico do território, medidas como a promoção do turismo, promoção do aumento da competitividade em meio rural, enquadram-se no paradigma regional Placed-based, mas são menos preponderantes quando comparados a outros dois paradigmas.

Na conjuntura socioeconómica em que se insere a implementação do PND, instrumentos dos vários paradigmas da política regional combinados, parecem ser os mais ajustados para produzir um rápido crescimento económico, sem descurar uma transformação socioeconómica lenta e profunda das forças produtivas com efeitos duradouros.

Existem elementos que não podem ser descurados, como as especificidades das regiões, a participação dos atores locais, que não foram tidos em consideração na elaboração e implementação da ELP e do PND o que reduz a sua eficácia.

CONCLUSÕES

A política de desenvolvimento regional de Angola é heterogénea, com maior pendor para o paradigma tradicional da política regional, caracterizada pela necessidade de provisão de infraestruturas, que possam criar condições para o aproveitamento das potencialidades dos seus território, mediante o investimento em Projetos Estruturantes, dos quais os ligados aos clusters da energia e água, habitação, alimentação e agroindústria, transporte e logística, são considerados prioritários por terem um impacto a curto prazo sobre a produtividade e a qualidade de vida das populações.

A estratégia para o desenvolvimento equilibrado do território, basicamente consiste na estruturação de uma rede de cidades funcionais, que interagem com os territórios economicamente incipientes, através de canais preestabelecidos disseminando o desenvolvimento no resto do território. São apoiadas por plataformas logísticas para nas trocas internas e plataformas de internacionalização, para inserção da produção nacional nos mercados internacionais.

Por conseguinte, os centros urbanos relativamente mais desenvolvidos, com maior concentração populacional, na sua maior capitais províncias, com maior preponderância para as regiões, metropolitana de Luanda/Bengo, Centro e Litoral sul são considerados polos de desenvolvimento. A ação da política consistirá na criação de condições que permitam gerar economias de aglomeração urbana, através do investimento nos clusters prioritários. Nas regiões com menor número de infraestruturas e população, a ação da política consistirá na implantação de centros urbanos, consideradas polos de equilíbrio, de modos a permitir a fixação de pessoas e empresas com vista a criação de economias de aglomeração a longo prazo.

A estruturação dos territórios em polos de desenvolvimento e de equilíbrio, num território com desigualdades tão enraizadas como Angola, pode gerar um efeito contrário ao esperado, com a drenagem dos recursos das zonas mais carenciadas para as cidades mais desenvolvidas, o que pode aumentar as assimetrias regionais do crescimento. Este cenário se vislumbra com a centralização das medidas da política na cidade de Luanda, aglutinando cerca de 26% dos investimentos o que pode aumentar a drenagem que esta cidade exerce sobre a restante parcela do Território.

A estratégia foi elaborada e implementada de forma muito centralizada, com pouca participação dos atores locais, o que não permitiu a sua apropriação por parte

destes. Cerca de 24,5% do investimento em PE são de âmbito central, traduzindo uma desconsideração pelas especificidades locais.

Nestes investimentos houve uma grande apetência por grandes projetos, com a intenção de alavancar a curto prazo economia, ao invés de uma transformação profunda, com base a pequenos investimentos, que produzam maiores retornos sociais e especialização produtiva das populações, inserindo-as num circuito comercial e por esta via operar a redução da fome e da pobreza.

Contributo para a Estratégia de Desenvolvimento Territorial de Angola

Com base ao conhecimento acumulado ao longo deste trabalho, somos a prestar o nosso singelo contributo a estratégia, contando que o mesmo seja utilizado para torná-la mais eficaz.

Para o êxito de qualquer estratégia territorial, a transferência de poderes (político e instrumentos financeiros) da Administração Central, para a Administração Local é um pressuposto fundamental.

Criação de um sistema de controlo de base local, capaz de garantir o controlo da execução física e financeira dos projetos, paralelo aos sistemas de controlo oficiais do estado, que permita fornecer informação aos vários interessados, porque o controlo realizado por estruturas centrais nem sempre é eficaz no combate a corrupção e aos desvios, por se encontrar distante. Em linha com a experiência do plano de desenvolvimento de Kigali, tendo como pré requisito a capacitação da sociedade civil.

Implementação de um sistema de transporte, que combine o uso de transportes públicos modernos rápidos e económicos com vias exclusivas como os BRT, conjugado com medidas que estimulem o uso da bicicleta e da caminhada, nas cidades mais populosas do país. Em linha com o sistema de transporte implementado na cidade de Bogotá.

Aliado ao programa de construção de estradas secundárias e terciárias, que ligam as zonas rurais às sedes províncias, é preciso criar um sistema de transporte de base local, que atenda a necessidade do transporte de mercadorias para os centros de consumo, e criaria novas atividades no meio rural;

Criação de uma plataforma informática, para ligar os produtores aos comerciantes, de formas a garantir que a mercadoria produzida no território seja escoada independentemente da região onde esteja, o que, conjugado a um sistema de

transporte eficaz, faria com que a importação de determinados produtos fosse a última ração, conferindo segurança aos produtores.

A provisão de energia elétrica nas zonas rurais, feita de forma descentralizada, com a participação da própria comunidade, com a determinação da forma de produção de energia elétrica que mais se adequa a região, dado o enorme potencial de produção de energias renováveis, que seriam implementados com o apoio de estruturas centrais, mas com uma gestão feita por cooperativas locais, o que permitiria criar novas atividades em meio rural;

Preleção no investimento em pequenos projetos, que produzam maior transformação social e impulsionem uma especialização produtiva dos pequenos produtores e famílias, em detrimento de grandes projetos estéreis.

Criação de normas que permitam tornar mais preciso o sistema de legalização e concessão de parcelas do solo urbano, com a outorga de títulos de propriedade, o que impulsionaria uma série de negócios, tendo a terra como garantia;

O problema das habitações pode ser resolvido com base a medidas que combinem: a construção de habitações sociais pelo Estado para reassentamento das populações em zona de risco; e a Infraestruturação (água, energia, rede de esgotos, estradas, escolas, creches e hospitais) de parcelas do solo urbano para autoconstrução dirigida.

BIBLIOGRAFIA

- Aydalot, Philippe (1986), *Millieux Innovateurs en Europe*, Paris, Gremi.
- Armstrong, Harvey e Jim Taylor (1993), *Regional Economics e Policy*, Great Britain, Harvester Wheatsheaf
- Baleiras, Rui (2014), “Território e Desenvolvimento Económico: falhas institucionais”, *Publicação Ocasional, CFP n.º 3/2014*, Conselho das Finanças Públicas, Disponível em <http://www.cfp.pt/wp-content/uploads/2014/12/Publicacao-Ocasional-3-2014.pdf>
- Barca, F. (2009). *An Agenda for A Reformed Cohesion Policy: A Place-Based Approach to Meeting European Union Challenges and Expectations. Independent Report, Prepared at the Request of the European Commissioner for Regional Policy*, Danuta Hubner
- Barqueiro, Antonio Vásquez (1993), *Politica Económica Local. Las respuesta de las cidadesa los desafios del ajuste productivo*. Madrid, Ediciones Pirámide, S.A
- BDAL (2013), *Energía: una visión sobre los retos y oportunidades en América Latina y el Caribe*, Disponível em, <https://www.cepal.org/es/publicaciones/1505-energia-vision-retos-oportunidades-america-latina-caribe>.
- BDAL (2014), *Construcción de Ciudades más Equitativas, Políticas públicas para la inclusión en América Latina* Disponível em, <https://unhabitat.org/.../construccion-de-ciudades-mas-equitativas>
- BDAL (2016), *Las ciudades como acelerador do Desenvolvimento*, Disponível em, scioteca.caf.com/handle/123456789/952
- BDAL (2017), *Crecimiento Urbano y Acceso a Oportunidades: Un desafio para América Latina*, Disponível em, scioteca.caf.com/handle/123456789/1090
- BM (2009) *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial – Geografia em Transformação*, Disponível em worldbank.org/INTWDRS/.../WDR_OVERVIEW_BP_Web.
- BM (2016), *Cidades Africanas Visão Geral*, Disponível em, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/.../211044ovPT.pdf>
- Cabugueira, Artur Carlos Crespo Martins, (2000), *Do desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de Alguns Aspetos da política regional*, *Revista de Gestão e Desenvolvimento*, 9 (2000) 103-136. Disponível em, http://www.municípioecunha.net/_files/DoDesenvolvimentoRegionalaoDesenvolvimentoLocal.pdf
- Centro de Estudos Angolanos, (1985), *Historia de Angola*, Edições Afrontamento Argel, Centros Estudos e Investigação da Universidade Católica de Angola, *Publicação do Relatório Economico 2016*, Disponível em, www.ceic-ucan.org/wp.../Apresentação-do-Relatório-Económico-de-Angola-2016.pdf
- Dilolwa, Carlos Rocha (1978), *Contribuição à Historia Económica de Angola*, 2ª Ed Editorial Nzila
- Duarte, Vílmar (2015), *Desenvolvimento Equilibrado Versus Desenvolvimento Desequilibrado: Uma Breve Revisão das Principais Teorias*, *Revista de Desenvolvimento Económico*, Ano 2015, V. 17, n. 31 2015 Salvador, pág. 194-205

- Fórum das cidades (2016) Estrutura Urbana/Estrutura de Povoamento, Disponível em, www.forumdascidades.pt
- Gehl, Jan, 2010, *Cities for people*, Island Press, 1718 Connecticut Ave, NW, Suite 300, Washington, DC 20009.
- Instituto Nacional de Estatística, Angola em números 2015, Disponível em: www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine&xpgid=publications
- Instituto Nacional de Estatística; Resultados Definitivos do Censo 2014, Disponível em: www.embajadadeangola.com/.../Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo
- International Fund for Agricultural Development (IFAD), *Rural Development Report 2016*, Disponível em: <https://docplayer.net/27961220-Rural-development-report-fosteri>
- Kigali City Governement (2012), *Kigali Master Plan 2013-2017*, Disponível em, www.kigalicity.gov.rw/.../KIF_29.01.2014_Master_Plan_Presenta.
- Lima, Ana (2010), *Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de política económica*, *Revista de Desenvolvimento Económico*. Ano XII Nº21 2010 Salvador, BA, pág. 5-19. Disponível em, <http://www.researchgate.net/publication/283697841>
- Lopes, António Simões, (1995), *Desenvolvimento Regional*, 4ª edição, Fundação Gulbenkian, Lisboa.
- Lopes, Raul (2016), *Paradigmas de Política Regional*, *Aulas do Mestrado em Economia e Políticas Públicas*, Lisboa, ISCTE.
- Ministério do Plano da República de Angola (2012), *Plano de Desenvolvimento Nacional 2013-2017*, Disponível em: www.governo.gov.ao/download.aspx?id=1264&tipo=publicacao
- Ministério do plano da República de Angola, (2008), *Estratégia de desenvolvimento de Longo Prazo Angola 2025*, sine loco.
- Myrdal, Gunnar (1959), *Teoría Económica y Regiones Subdesarrolladas*. Buenos Aires México, Fondo de Cultura Económica.
- Nunes, Sérgio, *Abordagens de Políticas do Desenvolvimento Regional*, sine loco, sine anno, sine nomine. Disponível em http://www.estt.ipt.pt/download/disciplina/1209_4
- Observatório de Mobilidade, Disponível em, www.caf.com/observatorio
- OCDE (2016a), *Perspetivas do crescimento em Africa*, Disponível em, https://read.oecd-ilibrary.org/development/perspetivas-economicas-em-africa-2016-versao-condensada_9789264248649-pt#page197
- OCDE Regional Outlook (2016b), *Productive Region For inclusive societies*, Disponível em: www.oecd.org › Regional, rural and urban development.
- OECD (2011), *OECD Regional Outlook 2011: Building Resilient Regions for Stronger Economies*, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/101787/9789264120983-en>
- Oxfam (2017) *Os desafios Energéticos da Africa Subsariana*, Disponível em, <https://www.oxfamamerica.org/static/media/.../oxfam-RAEL-energySSA-pt1-port.pdf>

- Plan de Desarrollo Economico de Bogotá (1998), Por la Bogotá que queremos (1998-2001) Disponível em, www.shd.gov.co/shd/node/21271.
- Plan de Gestión para el Desarrollo Rural Sostenible - PGDR. 2009. Disponível em, www.desarrolloeconomico.gov.co/.../plan-para-el-desarrollo-rural-soste
- Ribeiro, J. J. Freitas (2005), Desenvolvimento Endógeno, Minho. Disponível em, repositorium.sdum.uminho.pt > ... > NIPE - Comunicações a Conferência.
- Santos, Domingos (2002), “A perspectiva Territorialista” in, *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento Regional.
- UN (2015), Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Disponível em, www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel.
- UN-Habitat (2016) World Cities Report- Urbanization and Developing Emerging Futures, Disponível em, UN*Habitat <https://unhabitat.org/wp-content/uploads/2014/03/WCR-%20Full-Report-2016.pdf>